

TAURUS ARMAS S.A.

Companhia aberta de capital autorizado

CNPJ 92.781.335/0001-02

Manual da Assembleia e Proposta da Administração

Assembleia Geral Extraordinária

a ser realizada em 29 de dezembro de 2023

A presente Proposta da Administração, que inclui o Manual da Assembleia (“Proposta” ou “Manual”), foi elaborada pela Administração da Taurus Armas S.A. (“Companhia” ou “Taurus”) visando reunir informações e documentos pertinentes às matérias constantes da ordem do dia e relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 29 de dezembro de 2023, às 08:00 horas, de forma presencial, na sede social da Companhia (“AGE” ou “Assembleia”).

A Administração informa que os documentos referidos nesta Proposta e exigidos pela Lei n.º 6.404/76 (“Lei das S.A.”), assim como pela Resolução CVM n.º 81, de 29 de março de 2022 (“RCVM 81/22”), conforme alterada, estão disponíveis a partir desta data na sede da Companhia e nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e de relações com investidores da Companhia (www.taurusri.com.br).

A Administração da Companhia recomenda a aprovação de todas as matérias constantes desta Proposta, as quais foram submetidas à prévia deliberação e aprovação em Reunião do Conselho de Administração da Companhia (“RCA”) datada de 30 de novembro de 2023.

SUMÁRIO:

1 – Mensagem da Administração	3
2 – Proposta da Administração.....	4
2.1 - Objeto	4
2.2 - Documentos à Disposição dos Acionistas	4
2.3 - Convocação da Assembleia	5
2.4 - Local da Assembleia	5
2.5 - Participação na Assembleia	5
2.6 - Regras para Instalação da Assembleia	7
2.7 - Aprovação das Matérias Objeto da Ordem do Dia	8
2.8 - Ata da Assembleia Geral	8
2.9 - Análise das Matérias a serem Deliberadas na Assembleia	8
2.9.1. Protocolo e Justificação Polimetal e Protocolo e Justificação TMFL	8
2.9.2. Ratificação da Nomeação e Contratação da Empresa Avaliadora	9
2.9.3. Laudo de Avaliação Parcela Cindida Polimetal	10
2.9.4. Laudo de Avaliação Parcela Cindida TMFL	10
2.9.5. Cisão Parcial Polimetal	11
2.9.6. Cisão Parcial TMFL	11
2.9.7. Autorização para os Administradores praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores, incluindo a efetivação das Operações de Cisão Parcial Polimetal e Cisão Parcial TMFL.....	12
2.10 - Conclusão	12
Anexo A: Modelo de Procuração.....	14
Anexo B: Informações sobre a Empresa Avaliadora (conforme Art. 25, Anexo L, RCVM 81/22)	16
Anexo C: Informações sobre a Cisão Parcial de TMFL e Cisão Parcial de Polimetal (Conforme Anexo I da RCVM 81/22)	29
Anexo D: Cópia do Protocolo e Justificação Polimetal	37
Anexo E: Cópia Laudo de Avaliação Parcela Cindida Polimetal	47
Anexo F: Cópia do Protocolo e Justificação TMFL	55
Anexo G: Cópia do Laudo de Avaliação Parcela Cindida TMFL.....	65

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas da Taurus Armas S.A.,

Temos o prazer de convidá-los para a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a ser realizada no dia 29 de dezembro de 2023, em primeira convocação, às 08:00 horas, de forma presencial, na sede social da Companhia (“Assembleia” ou “AGE”).

Este Manual tem o objetivo de consolidar esclarecimentos sobre procedimentos e orientações de voto aos Senhores Acionistas a respeito das matérias a serem deliberadas constantes da ordem do dia da Assembleia, nos termos do Edital de Convocação a ser publicado no jornal de grande circulação, “Jornal do Comércio” (Estado do Rio Grande do Sul) e, também disponível, a partir da data de hoje, nos websites da CVM (www.cvm.gov.br), de relações com investidores da Companhia (www.taurusri.com.br) e da B3 (www.b3.com.br). Por favor, leia-o com atenção.

A Assembleia será realizada de forma presencial.

No Anexo A deste Manual, destacamos a existência de um modelo de procuração para facilitar sua participação e o exercício de seu voto na Assembleia.

O Manual para participação na Assembleia foi elaborado em consonância com as regras da CVM, notadamente em relação à disponibilidade das informações previstas pela Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 (“RCVM 81/22”), bem como pela Resolução CVM n.º 78, de 29 de março de 2022 (“RCVM 78/22”) e suas alterações.

Na Assembleia, contaremos com a presença de representantes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria da Companhia, os quais poderão prestar quaisquer informações relativas aos assuntos submetidos à deliberação dos Senhores Acionistas.

Sua participação é muito importante para a Companhia, especialmente por participarmos do Nível 2 de Governança Corporativa. Além disso, a área de Relações com Investidores está à disposição para esclarecer qualquer dúvida em relação ao material aqui apresentado e às matérias objeto da Assembleia.

Contamos com sua participação!

Obrigado por sua atenção,

Jorio Dauster Magalhães e Silva

Presidente do Conselho de Administração

2. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em atenção ao disposto nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), da Resolução CVM n.º 81, de 29 de março de 2022 ("RCVM 81/22"), bem como da Resolução CVM n.º 78, de 29 de março de 2022 ("RCVM 78/22") e suas alterações, a Administração da Taurus submete à apreciação de V.Sas. a proposta a seguir ("Proposta"), contendo as informações e documentos relacionados aos assuntos a serem deliberados na Assembleia, a ser realizada de forma presencial, em primeira convocação, no dia 29 de dezembro de 2023, às 08:00 horas.

2.1. OBJETO DA PROPOSTA

O objeto desta Proposta consiste na análise e apreciação das matérias que serão examinadas, discutidas e deliberadas na Assembleia, conforme ordem do dia, quais sejam:

- a. o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. ("Polimetal") e Incorporação da Parcela Cindida pela Companhia ("Protocolo e Justificação Polimetal").
- b. o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. ("TMFL") e Incorporação da Parcela Cindida pela Companhia ("Protocolo e Justificação TMFL").
- c. a ratificação da nomeação e contratação da Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda. para elaboração (i) do laudo de avaliação contábil da parcela patrimonial cindida da Polimetal ("Laudo Parcela Cindida Polimetal") e (ii) do laudo de avaliação contábil da parcela patrimonial cindida da TMFL ("Laudo Parcela Cindida TMFL").
- d. o Laudo Parcela Cindida Polimetal.
- e. o Laudo Parcela Cindida TMFL.
- f. a cisão parcial da Polimetal, com a incorporação da parcela cindida pela Companhia ("Cisão Parcial Polimetal").
- g. a cisão parcial da TMFL, com a incorporação da parcela cindida pela Companhia ("Cisão Parcial TMFL").
- h. a autorização aos administradores praticarem todos os atos necessários à efetivação das matérias das deliberações anteriores, incluindo a efetivação da Cisão Parcial Polimetal e Cisão Parcial TMFL.

2.2. DISPONIBILIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS

Os documentos, dados e informações correlatos às matérias a serem objeto de exame, discussão e deliberação na Assembleia estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia, na cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida São Borja, n.º 2.181, Prédio "A", Distrito Industrial, CEP 93.035-411, bem como nas páginas eletrônicas da Companhia (www.taurusri.com.br) e nos websites da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br).

2.3. CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA

Em observância ao disposto no artigo 124 da Lei das S.A., a Assembleia será convocada por anúncio publicado, por 3 (três) vezes, no mínimo, nos jornais habitualmente utilizados pela Companhia, contendo, além do local, data e hora da Assembleia, a ordem do dia.

Conforme a legislação aplicável, a primeira publicação do anúncio de convocação da Assembleia será realizada com, no mínimo, 21 (vinte e um) dias de antecedência, no jornal de grande circulação, “Jornal do Comércio” (Estado do Rio Grande do Sul). O prazo de antecedência da segunda convocação para a Assembleia, se necessária, é de 8 (oito) dias.

A Assembleia será considerada regular e validamente instalada, independentemente das formalidades descritas acima, caso todos os acionistas da Companhia venham a comparecer à Assembleia, nos termos do § 4º do art. 124 da Lei das S.A.

2.4. LOCAL DA ASSEMBLEIA

A Assembleia será realizada exclusivamente de modo presencial, na sede da Companhia, na cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida São Borja, n.º 2.181, Prédio “A”, Distrito Industrial, CEP 93.035-411.

2.5. PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA

A Assembleia será realizada de maneira exclusivamente presencial.

Os acionistas poderão participar apresentando seu voto pessoalmente ou se fazendo representar por procurador.

Para participar da Assembleia, nos termos do Artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, os Senhores Acionistas ou seus procuradores legalmente constituídos deverão apresentar à Companhia os seguintes documentos:

(i) Documento de identidade

Serão aceitos os seguintes documentos:

- Carteira de Identidade de Registro Geral (RG) expedida por órgão autorizado;
- Carteira de Identidade de Registro de Estrangeiro (RNE) expedida por órgão autorizado;
- Passaporte válido expedido por órgão autorizado;
- Carteira de Órgão de Classe válida como identidade civil para os fins legais, expedida por órgão autorizado (OAB, CRM, CRC, CREA), desde que contenha foto de seu titular; e
- Carteira nacional de habilitação com foto (CNH nova).

(ii) Comprovante de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária das ações com antecedência não superior a 4 (quatro) dias contados da data da realização da

Assembleia, ou, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente.

- Os documentos deverão ser requeridos aos órgãos competentes com antecedência de 3 (três) dias úteis antes da data de entrega pretendida, que deverá estar especificada no requerimento.
- (iii) Dispensa da apresentação do comprovante pelo titular de ações escriturais quando seu nome constar da relação de acionistas fornecida pela instituição financeira depositária (Art. 15, § 1º do Estatuto Social).
- (iv) Instrumento de mandato e/ou documentos que comprovem os poderes de representante legal do acionista, devidamente regularizado na forma da lei e dos documentos sociais.

Representação por Procuração:

O acionista pode se fazer representar por procurador que exercerá seu direito de voto. Para tal é necessário apresentar instrumento de mandato de procuração outorgado nos termos do §1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada. A Companhia, no Anexo A deste Manual, fornece modelo de minuta meramente sugestiva aos Srs. Acionistas.

O instrumento de procuração pode ser enviado previamente por meio eletrônico, de modo a facilitar a verificação das informações. Isso, no entanto, não anula a necessidade de apresentação do documento original no dia da Assembleia, salvo se apresentado na forma digital, estiver validado pelo Sistema ICP Brasil.

Juntamente com a procuração, cada acionista que não for pessoa natural ou que não tiver a procuração assinada em seu próprio nome, deverá enviar documentos comprobatórios dos poderes de representação (cópia do estatuto social ou do contrato social atualizado e do ato que investe o representante de poderes suficientes).

- No caso de pessoas jurídicas: O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do(s) administrador(es) que (b.i) comparecer(em) à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar(em) procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica.
- No caso dos fundos de investimento: a representação dos cotistas na Assembleia caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo a respeito de quem é titular de poderes para exercício do direito de voto das ações e ativos na carteira do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente.
- No caso dos fundos de investimento e das pessoas jurídicas estrangeiros: a documentação que comprova os poderes de representação deverá passar por processo de notariação e consularização (ou apostilamento), não sendo necessária a tradução juramentada se a língua de origem do documento for o português, o inglês ou o espanhol. Documentos redigidos em

outras línguas só serão aceitos mediante apresentação de tradução juramentada para um desses três idiomas mencionados.

Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no art. 654, §§1º e 2º da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil”), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante, ou, alternativamente, com assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (“ICP-Brasil”), ou com assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários.

As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, §1º da Lei das S.A.

As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado.

Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público, ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), legalizados em Consulado Brasileiro, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor.

Os originais ou cópias dos documentos acima citados deverão ser entregues na sede da Companhia até o início da Assembleia. Para facilitar a participação, a Companhia recomenda que os Senhores acionistas antecipem, preferencialmente em até 02 (dois) dias úteis da data de realização da Assembleia (até 27/12/2023, às 08:00 horas), o envio de cópia dos documentos de comprovação da qualidade de acionista e representação acima referidos, remetendo tais documentos para o e-mail agoe@taurus.com.br, ou entregando na sede da Companhia, à Avenida São Borja, nº 2.181, Prédio “A”, cidade de São Leopoldo/RS, em atenção à área de Relações com Investidores.

Por fim, esclarecemos que a apresentação antecipada de cópia simples não exclui o dever de apresentação de vias originais, exceto se a apresentação antecipada dos documentos for de cópias autenticadas por notário competente. No caso de apresentação de cópias autenticadas, a Companhia colocará as vias autenticadas entregues à disposição dos acionistas no dia seguinte à realização da Assembleia, mediante pedido por escrito entregue na sede da Companhia na mesma data de realização da Assembleia.

2.6. REGRAS PARA INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA

Como regra geral, enunciada no artigo 125 da Lei das S.A., as assembleias gerais instalam-se, em primeira convocação, com a presença de acionistas titulares de, no mínimo, 1/4 (um quarto) das ações com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas titulares de ações com direito a voto.

Assim, a Assembleia será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, pelo menos 1/4 (um quarto) do capital social total e votante da Companhia. Se não for possível instalar a Assembleia, conforme o caso, em primeira convocação, novos anúncios de convocação serão oportunamente publicados pela Companhia, sendo que, em segunda convocação, a Assembleia

poderá ser instalada com a presença de acionistas titulares de qualquer número de ações com direito a voto.

2.7. APROVAÇÃO DAS MATÉRIAS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do art. 129 da Lei das S.A., as deliberações das assembleias gerais de acionistas, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos, desconsideradas as abstenções. Tendo em vista que as matérias a serem apreciadas no âmbito da Assembleia não estão sujeitas à aprovação por quórum qualificado, a aprovação das matérias objeto da ordem do dia da Assembleia dependerá do voto da maioria absoluta das ações presentes à Assembleia, desconsideradas as abstenções.

2.8. ATA DA ASSEMBLEIA GERAL

Os trabalhos das assembleias gerais são documentados por escrito em ata lavrada no “Livro de Atas das Assembleias Gerais”, que será assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes, ou pelos acionistas titulares de ações suficientes para constituir a maioria necessária para as deliberações da assembleia geral (Lei das S.A., artigo 130, caput), sendo permitido lavrar a ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo apenas a transcrição das deliberações tomadas, observados os requisitos legais, bem como a publicação da ata com omissão das assinaturas dos acionistas (Lei das S.A., artigo 130, § 2.º).

Nesse contexto, a Administração propõe que a ata da Assembleia seja lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, observados os requisitos legais acima referidos, e sua publicação seja efetuada com a omissão das assinaturas dos acionistas.

Em conformidade com as orientações da CVM, todas as declarações de voto, de dissidências e de protesto entregues à mesa serão digitalizadas e enviadas eletronicamente para a CVM juntamente com a ata da Assembleia.

2.9. ANÁLISE DAS MATÉRIAS A SEREM EXAMINADAS, DISCUTIDAS E DELIBERADAS NA ASSEMBLEIA

O objetivo desta seção é analisar as matérias submetidas à apreciação dos Srs. Acionistas na Assembleia, facultando, assim, a formação de opinião, convicção e a tomada de decisão informada e refletida por parte dos acionistas.

2.9.1. Protocolo e Justificação Polimetal e Protocolo e Justificação TMFL

O Protocolo e Justificação Polimetal, contendo todos os termos, cláusulas, condições e justificação da cisão parcial da Polimetal, foi celebrado pelas administrações da Companhia e da Polimetal na data de 30 de novembro de 2023.

E, o Protocolo e Justificação TMFL contendo todos os termos, cláusulas, condições e justificação da cisão parcial da TMFL, foi celebrado pelas administrações da Companhia e da TMFL na data de 30 de novembro de 2023.

Ambos os documentos foram divulgados na página eletrônica da Companhia, (<https://www.taurusri.com.br/>) e no módulo de informações periódicas e eventuais do Sistema Empresas.NET (“Módulo IPE”) (categoria “Assembleia”, espécie “AGE”, tipo “Protocolo e Justificação de Incorporação, Cisão ou Fusão”) que pode ser acessado nas páginas eletrônicas da CVM (<http://www.gov.br/cvm>) e da B3 (<http://www.b3.com.br/>).

As cisões parciais de Polimetal e de TMFL com versão dos acervos líquidos cindidos à Companhia (em conjunto, as “Operações”), estão inseridas no contexto de reorganização das partes em busca, essencialmente, de maior racionalização dos ativos e passivos intragrupo.

Com a conclusão da Cisão Parcial Polimetal e Cisão Parcial TMFL, com absorção da parcela cindida de ambas as sociedades pela Companhia, a Taurus sucederá a Polimetal e a TMFL, a título universal e sem solução de continuidade, em relação aos direitos e obrigações integrantes ou relacionados exclusivamente às parcelas patrimoniais cindidas a serem incorporadas pela Companhia, permanecendo a Polimetal e a TMFL existentes.

Considerando que a Taurus, Polimetal e TMFL são sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico, a administração da Companhia acredita que as Operações trarão consideráveis benefícios às partes, de ordem societária, econômica e financeira, dentre os quais, cita-se: (i) racionalização e equalização de ativos e passivos intragrupo; (ii) redução de custos financeiros e aumento de sinergias e (iii) melhor gestão financeira e operacional das sociedades.

Tendo em vista que a Companhia é titular da totalidade do capital social da Polimetal e da TMFL, as administrações das partes entendem que as Operações não aumentam a exposição de risco da Companhia, da Polimetal e da TMFL e não impactam o risco dos acionistas, dos investidores e dos terceiros interessados da Companhia.

A cisão parcial da Polimetal e a cisão parcial da TMFL serão realizadas sem relação de substituição das quotas de emissão das cindidas por ações da Companhia, na medida em que (i) a Companhia é titular da totalidade das quotas de emissão da Polimetal e TMFL; (ii) as Operações não acarretarão aumento de capital social na Companhia; (iii) as Operações não implicarão emissão de novas ações pela Companhia; (iv) não haverá deslocamento ou migração de qualquer sócio da Polimetal e da TMFL para o capital social da Companhia.

Dessa forma, observados os termos e condições do Protocolo e Justificação Polimetal e do Protocolo e Justificação TMFL, e considerando-se os benefícios esperados, os riscos envolvidos e as estimativas de custos relacionados, a administração da Companhia entende que as Operações são plenamente justificáveis e alinhadas aos interesses da Companhia. Assim, a administração propõe a aprovação do Protocolo e Justificação Polimetal e do Protocolo e Justificação TMFL.

2.9.2. Ratificação da Nomeação e Contratação da Empresa Avaliadora.

As operações de cisão parcial da Polimetal e de cisão parcial da TMFL somente podem ser realizadas se os patrimônios líquidos a serem cindidos forem avaliados e os laudos elaborados determinarem que o valor a ser vertido é, ao menos, igual ao montante do capital a integralizar (art. 226, caput, da Lei das S.A.). Assim, a Companhia contratou, nos termos e para fins do art. 226 da Lei das S.A., a Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda., sociedade estabelecida na cidade de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 105, conj. 121 e 122, Cidade das Monções, CEP 04571-010, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 13.045.248/0001-10, registrada no CRC 2SP-034.766/O-0 (“Empresa Avaliadora”) para elaborar (i) o Laudo de Avaliação da Parcela Cindida Polimetal e (ii) o Laudo de Avaliação da Parcela Cindida TMFL.

Em atendimento ao disposto no artigo 25 e Anexo L da RCM 81/22, as informações relativas à Empresa Avaliadora estão disponíveis no Anexo B deste Manual.

Propõe-se à Assembleia a ratificação da contratação e nomeação da Empresa Avaliadora para elaborar o Laudo de Avaliação da Parcela Cindida Polimetal e o Laudo de Avaliação TMFL.

2.9.3. Laudo de Avaliação Parcela Cindida Polimetal

O Laudo de Avaliação Parcela Cindida Polimetal, além de estar anexo ao Protocolo e Justificação Polimetal, está disponível na página eletrônica da Companhia, (<https://www.taurusri.com.br>), e no Módulo IPE (categoria “Dados Econômico-financeiros”, espécie “Laudo de Avaliação”) que pode ser acessado nas páginas eletrônicas da CVM (<http://www.gov.br/cvm>) e da B3 (<http://www.b3.com.br>).

Como indicado acima, a Lei das S.A. requer, para operações de cisão, a avaliação da parcela do patrimônio líquido a ser cindida. Nesse contexto, a Empresa Avaliadora elaborou o Laudo de Avaliação Parcela Cindida da Polimetal.

Nos termos do art. 224, inciso III, da Lei das S.A., estabeleceu-se no Protocolo e Justificação Polimetal o critério contábil para a avaliação da parcela patrimonial cindida da Polimetal a ser incorporada pela Companhia, e a Data-Base de 31 de outubro de 2023 para a avaliação, tendo-se determinado, ainda, que as variações patrimoniais relativas à parcela patrimonial cindida da Polimetal a ser incorporada pela Companhia que ocorrerem entre a Data-Base e a data da efetiva realização da operação serão absorvidas pela Companhia e reconhecidas diretamente na escrituração da Companhia.

A Empresa Avaliadora apresentou os resultados da avaliação contábil da parcela cindida da Polimetal a ser incorporada pela Companhia, por meio do Laudo de Avaliação Parcela Cindida, conforme o qual concluiu que o valor contábil da parcela patrimonial cindida da Polimetal na Data-Base corresponde a R\$ 1.456.003,00 (um milhão quatrocentos e cinquenta e seis mil e três reais). A administração da Companhia propõe a aprovação do Laudo de Avaliação Parcela Cindida preparado pela Empresa Avaliadora na Data-Base para fins da Cisão Parcial Polimetal.

2.9.4. Laudo de Avaliação Parcela Cindida TMFL

O Laudo de Avaliação Parcela Cindida TMFL, além de estar anexo ao Protocolo e Justificação TMFL, está disponível na página eletrônica da Companhia, (<https://www.taurusri.com.br>), e no Módulo IPE (categoria “Dados Econômico-financeiros”, espécie “Laudo de Avaliação”) que pode ser acessado nas páginas eletrônicas da CVM (<http://www.gov.br/cvm>) e da B3 (<http://www.b3.com.br>).

Como indicado acima, a Lei das S.A. requer, para operações de cisão, a avaliação da parcela do patrimônio líquido a ser cindida. Nesse contexto, a Empresa Avaliadora elaborou o Laudo de Avaliação Parcela Cindida da TMFL.

Nos termos do art. 224, inciso III, da Lei das S.A., estabeleceu-se no Protocolo e Justificação TMFL o critério contábil para a avaliação da parcela patrimonial cindida da TMFL a ser incorporada pela Companhia, e a Data-Base de 31 de outubro de 2023 para a avaliação, tendo-se determinado, ainda, que as variações patrimoniais relativas à parcela patrimonial cindida da TMFL a ser incorporada pela Companhia que ocorrerem entre a Data-Base e a data da efetiva realização da operação serão absorvidas pela Companhia e reconhecidas diretamente na escrituração da Companhia.

A Empresa Avaliadora apresentou os resultados da avaliação contábil da parcela cindida da TMFL a ser incorporada pela Companhia, por meio do Laudo de Avaliação Parcela Cindida, conforme o qual concluiu que o valor contábil da parcela patrimonial cindida da TMFL na Data-Base corresponde a R\$ 1.000,00 (um mil reais).

A administração da Companhia propõe a aprovação do Laudo de Avaliação Parcela Cindida preparado pela Empresa Avaliadora na Data-Base para fins da Cisão Parcial TMFL.

2.9.5. Cisão Parcial Polimetal

Segundo o disposto no artigo 229 da Lei das S.A., a cisão é a operação por meio da qual a sociedade transfere parcelas do seu patrimônio para uma ou mais sociedades. No caso da cisão parcial, a sociedade transfere parcela de seu patrimônio líquido e permanece existente. Quando a parcela patrimonial cindida é incorporada por sociedade já existente, aplica-se o estabelecido para as operações de incorporação, nos termos do artigo 227 da Lei das S.A. Assim, por consequência da cisão parcial, de um lado, o capital da sociedade cindida é reduzido e, de outro, há a sucessão, pela incorporadora, dos direitos e obrigações relacionados no ato da cisão.

No âmbito da Cisão Parcial Polimetal, será cindido da Polimetal e incorporado pela Companhia a parcela do patrimônio da Polimetal composta, única e exclusivamente, pelos ativos e passivos selecionados pela administração da Polimetal e relacionados no Protocolo e Justificação ("Parcela Cindida Polimetal").

De acordo com o descrito acima, a Cisão Parcial Polimetal será realizada sem relação de substituição das quotas da Polimetal e não implicará aumento de capital social da Companhia nem emissão de novas ações. Assim, o capital social da Companhia permanecerá inalterado e sem qualquer modificação na sua distribuição entre os acionistas da Companhia em decorrência da Cisão Parcial Polimetal.

Ciente de que a Companhia é a única sócia da Polimetal, a aprovação da cisão parcial em deliberação de sócios da Polimetal dependerá unicamente do voto afirmativo da Taurus. Desse modo, inexistirá sócio/acionista dissidente da deliberação de sócios.

Nos termos dos artigos 136 e 137 da Lei das S.A., os atuais acionistas da Companhia não farão jus a direito de retirada decorrente da aprovação da Cisão Parcial Polimetal pela Assembleia.

O Anexo C contém as informações acerca da Operação, em atendimento ao disposto no artigo 22 e Anexo I da RCVM 81/22.

Portanto, propõe-se a aprovação da Cisão Parcial Polimetal com a incorporação da Parcela Cindida pela Companhia, nos termos e condições previstos no Protocolo e Justificação.

2.9.6. Cisão Parcial TMFL

Segundo o disposto no artigo 229 da Lei das S.A., a cisão é a operação por meio da qual a sociedade transfere parcelas do seu patrimônio para uma ou mais sociedades. No caso da cisão parcial, a sociedade transfere parcela de seu patrimônio líquido e permanece existente. Quando a parcela patrimonial cindida é incorporada por sociedade já existente, aplica-se o estabelecido para as operações de incorporação, nos termos do artigo 227 da Lei das S.A. Assim, por consequência da cisão parcial, de um lado, o capital da sociedade cindida é reduzido e, de outro, há a sucessão, pela incorporadora, dos direitos e obrigações relacionados no ato da cisão.

No âmbito da Cisão Parcial TMFL, será cindido da TMFL e incorporado pela Companhia a parcela do patrimônio da TMFL composta, única e exclusivamente, pelos ativos e passivos selecionados pela administração da TMFL e relacionados no Protocolo e Justificação ("Parcela Cindida TMFL").

De acordo com o descrito acima, a Cisão Parcial TMFL será realizada sem relação de substituição das quotas da TMFL e não implicará aumento de capital social da Companhia nem emissão de novas ações. Assim, o capital social da Companhia permanecerá inalterado e sem qualquer modificação na sua distribuição entre os acionistas da Companhia em decorrência da Cisão Parcial TMFL.

Ciente de que a Companhia é a única sócia da TMFL, a aprovação da cisão parcial em deliberação de sócios da TMFL dependerá unicamente do voto afirmativo da Taurus. Desse modo, inexistirá sócio/acionista dissidente da deliberação de sócios.

Nos termos dos artigos 136 e 137 da Lei das S.A., os atuais acionistas da Companhia não farão jus a direito de retirada decorrente da aprovação da Cisão Parcial TMFL pela Assembleia.

O Anexo C contém as informações acerca da Operação, em atendimento ao disposto no artigo 22 e Anexo I da RCVM 81/22.

Portanto, propõe-se a aprovação da Cisão Parcial TMFL com a incorporação da Parcela Cindida pela Companhia, nos termos e condições previstos no Protocolo e Justificação.

2.9.7. Autorização para os Administradores praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores, incluindo a efetivação das Operações de Cisão Parcial Polimetal e Cisão Parcial TMFL.

Propõe-se, por fim, que os administradores da Companhia sejam autorizados a praticar todos os atos necessários para efetivar as matérias analisadas nesta Proposta, incluindo a efetivação da Cisão Parcial da Polimetal e a Cisão Parcial da TMFL.

2.10. CONCLUSÃO

Pelos motivos acima, a Administração da Companhia submete a presente Proposta à apreciação dos Senhores Acionistas e recomenda a sua integral aprovação.

São Leopoldo, RS, 07 de dezembro de 2023.

Jorio Dauster Magalhães e Silva

Presidente do Conselho de Administração

2.11. ANEXOS

Os anexos a seguir apresentam as informações legais e regulamentares exigidas para fins da realização da Assembleia, detalhando informações e documentos pertinentes às matérias constantes da ordem do dia e relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia, conforme antecipado acima.

Anexo A*Modelo de procuração*

[Nome], [qualificação] (“Outorgante”), nomeia e constitui como seu procurador, [qualificação completa], com endereço profissional na [descrição endereço] (“Outorgado”), para representar o Outorgante, na qualidade de acionista da Taurus Armas S.A. (“Companhia”), na Assembleia Geral Extraordinária (“Assembleia” ou “AGE”) a ser realizada, em primeira convocação, no dia 29 de dezembro de 2023, às 08:00 horas, na sede social da Companhia, na Av. São Borja, 2181/Prédio A – CEP 93035-411 – São Leopoldo/RS, e, se necessário, em segunda convocação, em data a ser informada oportunamente, ao qual outorga poderes para comparecer à Assembleia e votar, em nome e por conta do Outorgante, em conformidade com as orientações de voto estabelecidas abaixo para cada a ordem do dia da Assembleia:

(a) o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação da Cisão Parcial da Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. (“Polimetal”) e a incorporação da Parcela Cindida pela Companhia (“Protocolo e Justificação Polimetal”).

☐ Aprovar ☐ Rejeitar ☐ Abster-se

(b) o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação da Cisão Parcial da Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda (“TMFL”) e a incorporação das Parcelas Cindida pela Companhia (“Protocolo e Justificação TMFL”).

☐ Aprovar ☐ Rejeitar ☐ Abster-se

(c) a ratificação da nomeação e contratação da Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda. para elaboração (i) do laudo de avaliação contábil da parcela patrimonial cindida da Polimetal (“Laudo Parcela Cindida Polimetal”) e (ii) do laudo de avaliação contábil da parcela patrimonial cindida da TMFL (“Laudo Parcela Cindida TMFL”).

☐ Aprovar ☐ Rejeitar ☐ Abster-se

(d) o Laudo Parcela Cindida Polimetal

☐ Aprovar ☐ Rejeitar ☐ Abster-se

(e) o Laudo Parcela Cindida TMFL

☐ Aprovar ☐ Rejeitar ☐ Abster-se

(f) a cisão parcial da Polimetal, com a incorporação da parcela cindida pela Companhia (“Cisão Parcial Polimetal”).

☐ Aprovar ☐ Rejeitar ☐ Abster-se

(g) a cisão parcial da TMFL, com a incorporação da parcela cindida pela Companhia (“Cisão Parcial TMFL”).

☐ Aprovar ☐ Rejeitar ☐ Abster-se

(h) a autorização para os administradores praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores, incluindo a efetivação da Cisão Parcial da Polimetal e Cisão Parcial TMFL.

☐ Aprovar ☐ Rejeitar ☐ Abster-se

O Outorgado poderá assinar todos os documentos aplicáveis da Assembleia, tais como a ata e o livro de presença, bem como retirar documentos disponibilizados para a Assembleia e tudo o mais que se fizer necessário para o completo desempenho do presente mandato.

[Local], [Data].

[ACIONISTA]

Anexo B

Informações Sobre a Empresa Avaliadora (conforme Art. 25 e Anexo L, RCVM 81/22)

1. Listar os Avaliadores Recomendados pela Administração

A administração da Companhia nomeou, *ad referendum* da assembleia geral, a Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda., sociedade estabelecida na cidade de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 105, conj. 121 e 122, Cidade das Monções, CEP 04571- 010, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ) nº 13.045.248/0001-10, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº CRC 2SP-034.766/O-0, representada pelo seu responsável técnico, Sr. Romeu Sabino da Silva, brasileiro, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 7064813277, inscrito no CPF sob o nº 917.661.250-34 e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio Grande do Sul sob o nº 071263/O-0 ("Empresa Avaliadora"), para elaborar (i) o laudo de avaliação contábil da parcela patrimonial cindida da Polimetal ("Laudo Parcela Cindida Polimetal") e (ii) o laudo de avaliação contábil da parcela patrimonial cindida da TMFL ("Laudo Parcela Cindida TMFL").

2. Descrever a Capacitação dos Avaliadores Recomendados

Os profissionais e agentes da Empresa Avaliadora são altamente qualificados, com reconhecida experiência em sua área de atuação. A proposta de trabalho integrante deste anexo como Documento 1 traz maiores informações sobre a capacitação da Empresa Avaliadora.

3. Fornecer cópia das propostas de trabalho e remuneração dos avaliadores recomendados

A proposta de trabalho contendo a qualificação técnica da Empresa Avaliadora, o escopo do trabalho proposto e o valor dos honorários, instrui o presente anexo como Documento 1.

4. Descrever qualquer relação relevante existente nos últimos 3 (três) anos entre os avaliadores recomendados e partes relacionadas à companhia, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

A Empresa Avaliadora não realizou qualquer trabalho relevante nos últimos 3 anos para partes relacionadas à Companhia.

Documento 1

DocuSign Envelope ID: E2C5D36E-DC25-431A-ACDC-6FE9006178EA



Taurus Armas S.A.

GTB44854/2023

Carta de contratação de Laudo Contábil





Porto Alegre, 30 de outubro de 2023.

À: Taurus Armas S.A

Carta de Contratação nº GTB44854/2023

Grant Thornton Auditoria e
Consultoria Ltda.

Av. Iguaçu, 418 - Sala 1404
Petrópolis, Porto Alegre (RS) Brasil

T +55 51 3500-8473

Prezados(as),

É com grande satisfação que apresentamos para sua análise nossa proposta de prestação de serviços profissionais de auditoria de laudo contábil para a **Taurus Armas S.A.**, doravante denominada ("**Taurus**")

Os termos apresentados nessa proposta de prestação de serviços visam estabelecermos os entendimentos relacionados aos serviços propostos. Caso algum aspecto relacionado ao serviço proposto não esteja devidamente claro, permanecemos ao inteiro dispor para os esclarecimentos que desejarem.

Gostaríamos de agradecer a oportunidade de apresentação desta proposta e garantimos que vamos dedicar a nossa maior atenção e competência profissional.

Atenciosamente,

Romeu Sabino da Silva

Romeu Sabino da Silva
Sócio

Grant Thornton
Auditoria e Consultoria Ltda.

Índice

Objeto, escopo e limitação dos trabalhos	4
Relatórios a serem emitidos	5
Outros termos e condições contratuais	8
Termo de aceitação	12

RS

NGK

SS

MADC

Objeto, escopo e limitação dos trabalhos

Objeto e escopo dos serviços

Fomos contatados pela **Taurus**, com o intuito de emitir um laudo de avaliação dos de determinados ativos líquidos a valor contábil constantes no balanço patrimonial das Empresas **Taurus Helmets Indústria de Capacetes Ltda.**, **Taurus Blindagens Nordeste Ltda.**, **Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.** e **Taurus Máquina Ferramentas Ltda.** na data base de 31 de agosto de 2023. O trabalho será realizado de acordo com o Comunicado Técnico CTG 2002), que dispõe sobre os padrões técnicos e profissionais a serem observados para emissão de laudo de avaliação dos ativos líquidos a valor contábil.

Nosso laudo conterá:

- Identificação da **Grant Thornton** como emissora do laudo;
- Finalidade pretendida para o laudo de avaliação;
- Identificação da Empresa avaliada;
- Extensão dos procedimentos de auditoria aplicados;
- Independência;
- Nossas conclusões.

Limitação dos serviços

Não faz parte do escopo desta proposta:

- Avaliação dos itens de imobilizado quanto ao valor de mercado, estado físico e condições de uso;
- Análise de determinados valores como ágio e/ou deságio, prazos de amortização e os aspectos fiscais destas operações.

RS

NGR

SS

MADC

Relatórios a serem emitidos

Como resultado de nossos trabalhos, submeteremos a V.S.^{as} um laudo de avaliação contábil apurado por meio dos livros contábeis.

Todos os relatórios serão previamente discutidos e apresentados a administração da empresa inicialmente em forma de minuta para discussão e, posteriormente, emitidos em forma final.

Todos os relatórios serão emitidos em língua portuguesa. Eventuais vias adicionais em língua estrangeira, não previstas nesta proposta, deverão ser solicitadas antecipadamente pela contratante. A tradução (versão) somente será realizada após a aprovação formal do orçamento pela contratante via e-mail, sendo esta cobrada separadamente por nota fiscal.

Nossa expectativa de entrega do relatório seria de até 30 dias após a disponibilização das informações

RS

NGK

SS

MADC

Honorários e faturamento de despesas

Honorários profissionais

Nossos honorários são calculados com base nas horas programadas para nossa equipe profissional, às quais se aplica o valor/hora estabelecido para cobrança. A estimativa de horas é considerada em função da carga horária prevista para a realização dos trabalhos, tendo como base os objetivos mencionados anteriormente. A **Grant Thornton Brasil** estima que os seus honorários correspondam conforme quadro abaixo:

Serviços – Laudos contábeis	Honorários (R\$)
Taurus Helmets Indústria de Capacetes Ltda.	40.302,50
Taurus Blindagens Nordeste Ltda.	44.590,00
Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.	41.460,00
Taurus Máquina Ferramentas Ltda.	41.460,00
Tributos incidentes	27.787,50
Total	195.000,00

Propomos que os honorários sejam faturados em 2 (duas) parcelas, com vencimento da primeira parcela na assinatura desta proposta e a outra com a entrega dos relatórios.

Os tributos (impostos, taxas e contribuições) incidentes sobre a prestação dos serviços, objeto dessa proposta, os quais correspondem atualmente a 8,65% do valor bruto (referente PIS, COFINS e ISS), estão inclusos em nossos honorários profissionais. Se durante a vigência da prestação dos serviços ocorrer a exclusão, criação ou modificação de alíquotas destes tributos, repercutindo na correspondente alteração de base de cálculo, os encargos originalmente previstos deverão ser revisados.

Caso a **Grant Thornton** seja solicitada a novos serviços, não constantes no escopo desta carta-proposta, tais como atualização de cálculo, reuniões, apresentações etc, serão cobrados pela taxa horária de R\$160,00 (cento e sessenta reais) pagáveis na conclusão dos serviços.

RS

NGK

SS

MODC

A **Grant Thornton Brasil** estimou seus honorários e o cronograma da prestação de serviços com base em, entre outros fatores, nossa revisão preliminar dos registros e nas representações feitas pelos funcionários desta à **Grant Thornton Brasil**. Além disso, os honorários e o cronograma dependem dos funcionários da **Taurus** fornecerem um nível razoável de auxílio. Caso as premissas da **Grant Thornton Brasil** com relação a esses assuntos estejam incorretas ou a condição dos registros, grau de cooperação, resultados dos nossos procedimentos de auditoria ou outros assuntos que estejam além do controle razoável da **Grant Thornton Brasil**, exijam comprometimento adicional de nossa parte além do coberto pela estimativa, a **Grant Thornton Brasil** poderá ajustar os honorários e as datas planejadas para término, após devida aprovação junto a **Taurus**.

A **Taurus** concorda em reembolsar à **Grant Thornton Brasil** as despesas diretas incorridas com relação à prestação dos serviços de auditoria. Despesas diretas incluem despesas comuns, como transporte, refeições, acomodações e outras despesas relacionadas especificamente com este contrato.

As parcelas pagas com atraso estarão, automaticamente, sujeitas à incidência de multa e juros na forma apresentada no boleto de cobrança.



RS

NGK

SS

MADC

Outros termos e condições contratuais

Sobre a Grant Thornton

Somos uma firma-membro da rede de firmas da **Grant Thornton** Internacional (GTI), cada uma das firmas-membros é uma pessoa jurídica separada e independente.

Responsabilidade da Grant Thornton

A **Grant Thornton** tem como responsabilidade principal a entrega dos trabalhos, objeto desta Carta de contratação, dentro dos termos e prazos mencionados.

Todos os serviços contratados serão executados e prestados por profissionais da **Grant Thornton**, que não terão vínculo de qualquer natureza, especialmente de natureza trabalhista, com a **Taurus**. **Grant Thornton** tem exclusiva responsabilidade pelo pagamento dos salários de seus profissionais, bem como pelo cumprimento de todas as obrigações legais, parafiscais e de qualquer natureza para com os seus auditores, notadamente as referentes ao cumprimento das leis trabalhistas, previdenciárias, securitárias e tributárias, ficando, dessa forma, expressamente excluída qualquer responsabilidade da **Taurus** sobre essa matéria, seja durante ou após a vigência do presente contrato.

A **Grant Thornton** é a única responsável pelo cumprimento da legislação em vigor e pela obtenção de todas as licenças e autorizações necessárias para a execução dos serviços contratados.

A **Grant Thornton Brasil** segue normas profissionais de confidencialidade e tratará as informações relacionadas aos trabalhos objeto desta Carta de contratação conforme descrito na resolução emitida pelo Conselho Federal de contabilidade – CFC “NBC PA 01 Controle de Qualidade para Firmas (Pessoas Jurídicas e Físicas) de Auditores Independentes”, a qual disciplina os requerimentos sobre o controle de qualidade para auditores (pessoas jurídicas e físicas) que executam exames de auditoria e revisões de informação financeira histórica.

A **Grant Thornton Brasil** pode ser requerida a prestar certas informações a órgãos reguladores ou governamentais de acordo com leis e normas profissionais. Um desses requerimentos refere-se à exigência aplicável ao auditor independente, que consta da Lei nº 12.683/2012 (Lei de Prevenção a Crimes de Lavagem de Dinheiro, que alterou a Lei nº 9.613/1998) e posteriores regulamentações, quando os profissionais ou organizações contábeis devem comunicar ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) situações que possam constituir indícios de “lavagem” de dinheiro, identificadas quando da prestação de seus serviços, no curso normal dos procedimentos de auditoria, revisão ou serviços correlatos. Neste sentido, quando aplicável, eventuais comunicações ao Coaf, relacionadas a este assunto, devem ser efetuadas pelas firmas de auditoria, de acordo com as regulamentações estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Conselho Federal de Contabilidade (CFC), sem que o cliente seja notificado e isso não representa violação de sigilo profissional a que estamos sujeitos no exercício das nossas atividades profissionais.

RS

NGK

SS

MADC

Além disso, a **Grant Thornton Brasil** está sujeita à Revisão Externa de Qualidade, a qual está de acordo com as normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através do Comitê Administrador do Programa de Revisão Externa de Qualidade (CRE). Dessa forma, é possível que este trabalho possa ser requerido para revisão. A aceitação desta proposta nos autoriza a disponibilizar os nossos papéis de trabalho para o auditor revisor contratado. Salvo quando proibido por lei pertinente, a **Grant Thornton Brasil** poderá divulgar informações do Cliente a outras Firms da **Grant Thornton** e Profissionais da **Grant Thornton** para facilitar a prestação dos Serviços, cumprir com as exigências de regulamentação, verificar conflitos, análises contábeis da **Grant Thornton Brasil**, ou gerenciamento de risco e qualidade.

A **Grant Thornton Brasil** não será responsável por danos decorrentes de fatores atribuídos a motivos alheios à sua vontade, por exemplo, força maior comprovada nos termos do Artigo 393. do Código Civil Brasileiro ou falta de comunicação ou de fornecimento de dados e elementos comprovadamente necessários por parte da **Taurus**, que impossibilitem a **Grant Thornton** de executar os serviços contratados.

Tanto a **Grant Thornton Brasil** quanto a **Taurus** podem celebrar o presente Contrato (e suas modificações) por meio eletrônico e cada uma das partes poderá assinar uma cópia diferente do mesmo documento. Ambos devem concordar por escrito com modificações ao Contrato. A **Grant Thornton Brasil** permanecerá com a propriedade dos papéis de trabalho produzidos com relação aos Serviços.

A **Grant Thornton Brasil** poderá utilizar o nome da Sociedade de forma pública a fim de identificar V.S.^{as} como cliente, mas só poderemos fazer referência à Sociedade com relação aos Serviços de que nós os estamos prestando (ou tenhamos prestado). A **Grant Thornton Brasil** poderá, ainda, assinar contrato com outras empresas; e a Sociedade desde já autoriza a divulgação de nosso relacionamento.

Responsabilidade da Grant Thornton Brasil na proteção de dados

A **Grant Thornton** mantém programa apropriado de proteção de dados, de acordo com as normas estabelecidas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) e também nos caso de clientes cuja Matriz está fora do Brasil, ou trabalhos referidos por outras firmas-membros, segue as orientações da Firma-membro no tratamento de proteção de dados, que são compatíveis com todas as leis aplicáveis na manutenção de práticas na proteção de dados, incluindo, mas não se limitando à adoção de apropriadas salvaguardas administrativas, técnicas e físicas para proteger todos os dados que venham ser obtidos durante a prestação de nossos serviços, e que estejam no escopo ou impactados pelas legislações de proteção de dados dentre outras a que estamos sujeitos, devido a normas já existente no que se refere ao sigilo profissional e confidencialidade das informações.

Neste sentido mantemos controles e procedimentos para garantir que, ameaças ou riscos razoavelmente antecipados à privacidade, segurança, integridade e/ou de confidencialidade de dados sejam adequadamente tratados, permitindo evitar a destruição acidental ou ilícita, perda, alteração ou divulgação ou acesso não autorizado aos dados obtidos durante nossa prestação de serviços, incluindo o tratamento que envolve a transferência dos dados através de uma rede de computadores quando da prestação dos serviços.

RS

A **Grant Thornton** mantém política sobre o processo de guarda, armazenamento e tratamento de dados obtidos quando da prestação de nossos serviços e que possam estar no escopo do Decreto nº 8.771/2016 e em todas as legislações que tratam de proteção de dados, incluindo, sem se limitar à Lei nº 13.709/18, bem como o disposto nas cláusulas seguintes.

NGK

Em caso de incidente de vazamento de eventuais dados confidenciais, a **Grant Thornton** tem política estabelecida para envio de comunicação à parte afetada por escrito, certificando-se do recebimento desta em prazo 48 horas contadas a partir da ciência do vazamento, contendo, quando aplicável, informações, como data e hora do incidente e da ciência da contraparte, bem como informando quais dados foram afetados e uma relação nominal das partes afetadas, indicando as medidas que estão sendo tomadas para reparar o dano e evitar novos incidentes.

SS

MADC

Interrupção dos trabalhos

Caso os trabalhos venham a ser interrompidos (e desde que essa interrupção não seja decorrente de fatores comprovadamente atribuídos a casos fortuitos ou força maior), a **Grant Thornton** estará desobrigada a restituir os honorários pagos até a solicitação, por parte da **Taurus**, da interrupção ou encerramento dos trabalhos.

O período de vigência deste Contrato será rescindido no término dos Serviços. A **Grant Thornton Brasil** poderá rescindir este Contrato, ou qualquer Serviço específico, imediatamente após informar a **Taurus** por escrito em caso de determinarmos a impossibilidade de continuar prestando os Serviços de acordo com as obrigações profissionais e lei aplicável. Neste caso, a **Taurus** deverá efetuar o pagamento à **Grant Thornton Brasil** de todo o trabalho em andamento, Serviços já prestados e despesas por nós incorridas até a data de rescisão deste Contrato. O pagamento deverá ser efetuado em até 30 dias após o recebimento de nossa fatura.

A **Grant Thornton** poderá interromper os trabalhos, objeto desta proposta, caso a **Taurus** encontre-se em atraso no pagamento dos honorários devidos, até que essa situação seja regularizada pela **Taurus**.

Responsabilidade da Taurus

A **Taurus**, por sua vez, obriga-se a:

- Prestar colaboração máxima à **Grant Thornton**, quando da execução de suas tarefas, no que diz respeito ao fornecimento de informações e documentos necessários, responsabilizando-se por atestar sua autenticidade e veracidade;
- Remunerar pontualmente a **Grant Thornton** pela prestação dos serviços aqui contratados;
- Fornecer à **Grant Thornton**, carta de responsabilidade da Administração com data igual à data de emissão do relatório de auditoria, conforme modelo a ser antecipadamente disponibilizado pela equipe de auditoria.
- A Sociedade concorda que no caso de autoridades governamentais ou de regulamentação responsáveis pela fiscalização dos auditores solicitarem ou exigirem que nós apresentemos informações ou documentos de nossos arquivos com relação às transações da Sociedade, incluindo nossos papéis de trabalho ou outros resultados do trabalho, a **Grant Thornton Brasil** poderá fornecê-los às autoridades. Salvo quando proibido por lei, nós avisaremos a Sociedade sobre a solicitação ou exigência;
- Se aplicável, a Sociedade deverá fazer com que todas as associadas e controladas estrangeiras incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas forneçam quaisquer autorizações, na mais ampla extensão facultada pela lei pertinente, a fim de permitir a conformidade com as solicitações das autoridades governamentais e de regulamentação para apresentação de documentos ou informações sob nossa posse, custódia e controle, bem como de profissionais associados, ou de empresas de auditoria registradas no exterior, e que tenham sido obtidos durante a condução dos Serviços prestados pela respectiva Sociedade ou profissional;
- A Administração da Sociedade também entende que é responsável em assegurar que não comprometa a independência da **Grant Thornton Brasil** pela contratação de um atual e/ou ex-sócio, gerente ou profissional da **Grant Thornton Brasil**, para um cargo-chave, conforme estipulado no Código de Conduta Profissional do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que levasse a uma violação desse Código ou outras regras sobre independência aplicáveis. Qualquer oportunidade de emprego na Sociedade para um ex ou atual sócio, gerente ou profissional da **Grant Thornton Brasil**, a mesma deve ser discutida com o sócio responsável pelo trabalho antes de serem iniciadas conversações sérias com o ex ou atual sócio, gerente ou profissional da **Grant Thornton Brasil**, de forma que os eventuais assuntos de comprometimento de independência sejam endereçados.

RS

NGK

SS

MADC

Foro

A **Taurus** e a **Grant Thornton** renunciam ao foro de seus respectivos domicílios e se submetem à jurisdição dos juízes e tribunais da Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, no caso de controvérsia sobre a interpretação ou execução desta proposta.

Assinatura digital

Nos termos do art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, as Partes expressamente concordam em utilizar e reconhecem como válida qualquer forma de comprovação de anuência aos termos ora acordados em formato eletrônico, ainda que não utilizem de certificado digital emitido no padrão ICP-Brasil, incluindo assinaturas eletrônicas na plataforma DocuSign (www.docusign.com.br) ou outra acordada pelas Partes. A formalização das avenças de forma eletrônica, conforme ora estabelecido, será suficiente para a validade e integral vinculação das Partes a esta Proposta. Esta Proposta produz efeitos para todas as Partes a partir da data constante nesse Termo, ainda que uma ou mais Partes realizem a assinatura em data posterior.



RS

NGR

SS

MADC

DocuSign Envelope ID: E2C5D36E-DC25-431A-ACDC-6FE9006178EA

Termo de aceitação

Agradecemos a oportunidade de apresentar a nossa proposta e esperamos que os termos e as condições abordados correspondam às expectativas de V.S.^{as}.

Caso V.S.^a concorde com a presente proposta, agradecemos receber o "de acordo" na 2ª via desta, que constituirá instrumento contratual para iniciarmos nossos trabalhos.

Solicitamos que todas as páginas desta proposta sejam rubricadas, para garantir que todos os pontos envolvidos foram plenamente compreendidos e também que, para efeitos legais, o "Termo de aceitação" seja assinado pelas testemunhas.

Os serviços ("Serviços") objeto desta Carta de Contratação ("Carta de Contratação") serão executados sob a responsabilidade e supervisão do sócio Romeu Sabino Da Silva, inscrito no CRC sob o nº 1RS-071.263/O-0, que também assina a presente, como sócio e responsável técnico pela realização dos serviços.

Colocamo-nos à disposição de V.S.^a para prestar quaisquer esclarecimentos julgados necessários.

Essa proposta de prestação de serviços tem como prazo de validade 60 dias contados a partir da data de sua emissão.

Porto Alegre, 30 de outubro de 2023

De acordo, 10 / 11 / 2023

Grant Thornton
Auditoria e Consultoria Ltda.

Taurus Armas S.A.

Romeu Sabino da Silva
Romeu Sabino da Silva
Sócio

Sergio Sgrillo
Sergio Sgrillo
Representante legal

Testemunhas:

Norton Goncalves Kroth
Nome: Norton Goncalves Kroth
CPF: 01501397052

Marco Oliveira da Costa
Nome: Marco Oliveira Da Costa
CPF: 018.707.640-56

Anexo C

Informações sobre as cisões parciais da Polimetal e da TMFL (Conforme Anexo I da RCM 81/22)

1. Protocolo e justificação da operação, nos termos dos arts. 224 e 225 da Lei nº 6.404, de 1976.

O Protocolo e Justificação Polimetal e o Protocolo e Justificação TMFL foram divulgados na página eletrônica da Companhia, (<https://www.taurusri.com.br/>), e no Módulo IPE do Sistema Empresas.NET (categoria “Assembleia”, espécie “AGE”, tipo “Protocolo e Justificação de Incorporação, Cisão ou Fusão”), os quais podem ser acessados também nas páginas eletrônicas da CVM (<http://www.gov.br/cvm>) e da B3 (<http://www.b3.com.br/>).

2. Demais acordos, contratos e pré-contratos regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão das sociedades subsistentes ou resultantes da operação, arquivados na sede da companhia ou dos quais o controlador da companhia seja parte.

Não existem acordos, contratos e pré-contratos regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações arquivados na sede da Companhia, ou dos quais o controlador da Companhia seja parte.

3. Descrição da operação, incluindo:

a. Termos e condições

A Cisão Parcial da Polimetal e a Cisão Parcial da TMFL (as “Operações”) estão inseridas no contexto de reorganização da Companhia, visando a (i) racionalização e equalização de ativos e passivos intragrupo; (ii) redução de custos financeiros e aumento de sinergias e (iii) melhor gestão financeira e operacional das sociedades.

Os termos e condições da Cisão Parcial Polimetal e Cisão Parcial TMFL encontram-se descritos em maiores detalhes nos respectivos Protocolos e Justificação.

b. Obrigações de indenizar:

i. Os administradores de qualquer das companhias envolvidas

ii. Caso a operação não se concretize

As Operações não contemplam qualquer obrigação de indenização dos administradores das sociedades envolvidas. Ademais, não existe obrigação de indenizar por não concretização das Operações.

c. Tabela comparativa dos direitos, vantagens e restrições das ações das sociedades envolvidas ou resultantes.

As Operações não acarretarão qualquer modificação nos direitos, vantagens ou restrições das ações de emissão da Companhia, da Polimetal ou da TMFL.

d. Eventual necessidade de aprovação por debenturistas ou outros credores.

Não aplicável.

e. Elementos ativos e passivos que formarão cada parcela do patrimônio, em caso de cisão

A parcela do patrimônio da Polimetal a ser cindida e transferida por incorporação para a Companhia é composta, única e exclusivamente, pelos ativos e passivos especificamente selecionados pela administração da Polimetal, descrito no anexo ao Laudo de Avaliação Parcela Cindida Polimetal, que consta como anexo ao Protocolo e Justificação (“Parcela Cindida Polimetal”).

E, a parcela do patrimônio da TMFL a ser cindida e transferida por incorporação para a Companhia é composta, única e exclusivamente, pelos ativos e passivos especificamente selecionados pela administração da TMFL, descrito no anexo ao Laudo de Avaliação Parcela Cindida TMFL, que consta como anexo ao Protocolo e Justificação (“Parcela Cindida TMFL”).

f. Intenção das companhias resultantes de obter registro de emissor de valores mobiliários

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia já é companhia registrada na CVM como emissora de valores mobiliários da Categoria “A” e a Polimetal e a TMFL permanecerão como sociedades empresárias limitadas.

4. Planos para condução dos negócios sociais, notadamente no que se refere a eventos societários específicos que se pretenda promover

Não aplicável.

5. Análise dos seguintes aspectos da operação.

a. Descrição dos principais benefícios esperados, incluindo: (i) Sinergias, (ii) Benefícios fiscais; e (iii) Vantagens estratégicas.

Considerando que a Companhia, Polimetal e a TMFL são sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico, sendo a Companhia titular da totalidade do capital social da Polimetal e da TMFL, entende-se que as Operações proporcionarão (i) a racionalização e equalização de ativos e passivos intragrupo, refletindo em maior sinergia de ordem operacional e financeira intragrupo; (ii) redução de custos financeiros e aumento de sinergias e (iii) melhor gestão financeira e operacional das sociedades, refletido em vantagens estratégicas e diretivas.

b. Custos

Estima-se que os custos e despesas totais para realização e efetivação das Operações, incluindo os honorários de assessores jurídicos, de avaliadores e de auditores e os custos para realização e publicação dos atos societários não devem ultrapassar o montante de aproximadamente R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais).

c. Fatores de risco

Tendo em vista que a Companhia é titular da totalidade do capital social da Polimetal e da TMFL, a administração da Companhia entende que as Operações não aumentam a exposição de risco da Companhia, da Polimetal ou da TMFL, e não impactam o risco dos acionistas, dos investidores e dos terceiros interessados da Companhia.

d. Caso se trate de transação com parte relacionada, eventuais alternativas que poderiam ter sido utilizadas para atingir os mesmos objetivos, indicando as razões pelas quais essas alternativas foram descartadas

A administração da Companhia entende que não existem alternativas para atingir os objetivos, considerando que a Companhia é detentora da totalidade do capital social da Polimetal e da TMFL, e as Operações objetivam (i) a racionalização e equalização de ativos e passivos intragrupo; (ii) redução de custos financeiros e aumento de sinergias e (iii) melhor gestão financeira e operacional das sociedades.

e. Relação de substituição

A Cisão Parcial Polimetal e a Cisão Parcial TMFL serão realizadas sem relação de substituição das quotas de emissão da Polimetal e TMFL por ações da Companhia, tendo em vista que (i) a Companhia é titular da totalidade das quotas de emissão de Polimetal e TMFL; (ii) as Operações não acarretarão aumento de capital social na Companhia; (iii) as Operações não implicarão emissão de novas ações pela Companhia; (iv) não haverá migração e deslocamento de qualquer sócio quotista da Polimetal e TMFL para o capital social da Companhia.

f. Nas operações envolvendo sociedades controladoras, controladas ou sociedades sob controle comum:

- i. Relação de substituição de ações calculada de acordo com o art. 264 da Lei nº 6.404, de 1976.***
- ii. Descrição detalhada do processo de negociação da relação de substituição e demais termos e condições da operação.***

Não é aplicável às Operações as avaliações dos patrimônios líquidos das partes para fins da relação de substituição comparativa prevista no artigo 264 da Lei das S.A., tendo em vista que a Companhia é titular da totalidade das quotas de emissão da Polimetal e da TMFL e as Operações serão realizadas sem relação de substituição.

iii. Caso a operação tenha sido precedida, nos últimos 12 (doze) meses, de uma aquisição de controle ou de aquisição de participação em bloco de controle:

- ***Análise comparativa da relação de substituição e do preço pago na aquisição de controle.***
- ***Razões que justificam eventuais diferenças de avaliação nas diferentes operações***

Não é aplicável

iv. Justificativa de por que a relação de substituição é comutativa, com a descrição dos procedimentos e critérios adotados para garantir a comutatividade da operação ou, caso a relação de substituição não seja comutativa, detalhamento do pagamento ou medidas equivalentes adotadas para assegurar compensação adequada.

Não é aplicável

6. Cópia das atas de todas as reuniões do conselho de administração, conselho fiscal e comitês especiais em que a operação foi discutida, incluindo eventuais votos dissidentes.

A Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 30 de novembro de 2023, que trata, dentre outras matérias, da aprovação do Protocolo e Justificação e das propostas relativas

às matérias relacionadas às Operações, e a ata de Reunião do Conselho Fiscal da Companhia, realizada em 30 de novembro de 2023, com manifestação favorável às Operações, está disponível nas páginas eletrônicas da Companhia (<https://www.taurusri.com.br/>), da CVM (<http://www.gov.br/cvm>) e da B3 (<http://www.b3.com.br/>).

7. Cópia de estudos, apresentações, relatórios, opiniões, pareceres ou laudos de avaliação das companhias envolvidas na operação postos à disposição do acionista controlador em qualquer etapa da operação

O Laudo de Avaliação da Parcela Cindida Polimetal e o Laudo de Avaliação da Parcela Cindida TMFL foram disponibilizados no Módulo IPE do Sistema Empresas.NET (categoria “Dados econômico-financeiros”, tipo “Laudo de Avaliação”), que pode ser acessado nas páginas eletrônicas da B3 (<http://www.b3.com.br>) e da CVM (<http://www.gov.br/cvm>), e estão disponíveis para consulta na página eletrônica da Companhia (<https://www.taurusri.com.br/>).

A manifestação do Conselho Fiscal em relação às Operações consta da ata da reunião do Conselho Fiscal da Companhia de 30 de novembro de 2023, que pode ser encontrada nas páginas eletrônicas da Companhia (<https://www.taurusri.com.br/>), da CVM (<http://www.gov.br/cvm>) e da B3 (<http://www.b3.com.br>) na rede mundial de computadores.

8. Identificação de eventuais conflitos de interesse entre as instituições financeiras, empresas e os profissionais que tenham elaborado os documentos mencionados no item 7 e as sociedades envolvidas na operação

Não aplicável.

9. Projetos de estatuto ou alterações estatutárias das sociedades resultantes da operação

Com a versão do acervo cindido da Polimetal para a Companhia, o patrimônio líquido da Polimetal será reduzido em R\$ 1.456.003 (um milhão quatrocentos e cinquenta e seis mil e três reais), sendo destacados da conta de capital social o valor de R\$ 1.456.003,00 (um milhão quatrocentos e cinquenta e seis mil e três reais). Esta redução de capital ocasionará o cancelamento e extinção de 1.456.003 (um milhão quatrocentos e cinquenta e seis mil e três) Quotas de emissão da Polimetal que eram tituladas pela Companhia, passando dos atuais R\$ 293.411.778,00 (duzentos e noventa e três milhões e quatrocentos e onze mil e setecentos e setenta e oito reais), dividido em 293.411.778 (duzentos e noventa e três milhões quatrocentos e onze mil e setecentos e setenta e oito) Quotas, para R\$ 291.955.775,00 (duzentos e noventa e um milhões novecentos e cinquenta e cinco mil e setecentos e setenta e cinco reais), dividido em 291.955.775 (duzentos e noventa e uma milhões, novecentas e cinquenta e cinco mil e setecentos e setenta e cinco) Quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada. Em razão disso, a Cláusula Quinta do Contrato Social da Polimetal passará a vigor com a seguinte nova redação:

“DO CAPITAL SOCIAL

Quinta – O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 291.955.775,00 (duzentos e noventa e um milhões novecentos e cinquenta e cinco mil setecentos e setenta e cinco reais), dividido em 291.955.775 (duzentos e noventa e uma milhões novecentas e cinquenta e cinco mil e setecentos e setenta e cinco) quotas sociais, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, detido unicamente pela sócia Taurus Armas S.A.”

As demais cláusulas do contrato social da Polimetal permanecerão inalteradas.

E, com a versão do acervo cindido da TMFL para a Companhia, o patrimônio líquido da TMFL será reduzido em R\$ 1.000,00 (um mil reais), sendo o dito valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) destacado da

conta de capital social. Esta redução de capital ocasionará o cancelamento e extinção de 1.000 (uma mil) Quotas de TMFL que eram tituladas pela Companhia, passando dos atuais R\$ 293.638.974,00 (duzentos e noventa e três milhões seiscentos e trinta e oito mil novecentos e setenta e quatro reais), dividido em 293.638.974 (duzentos e noventa e três milhões seiscentas e trinta e oito mil e novecentas e setenta e quatro) quotas, para R\$ 293.637.974,00 (duzentos e noventa e três milhões seiscentos e trinta e sete mil novecentos e setenta e quatro reais), representado por 293.637.974 (duzentos e noventa e três milhões seiscentas e trinta e sete mil e novecentas e setenta e quatro) Quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada. Em razão disso, a Cláusula Quinta do Contrato Social da TMFL passará a vigor com a seguinte nova redação:

DO CAPITAL SOCIAL

Cláusula Quinta - O capital social da Sociedade é do valor nominal e integralizado de R\$ 293.637.974,00 (duzentos e noventa e três milhões seiscentos e trinta e sete mil novecentos e setenta e quatro reais), dividido em 293.637.974 (duzentos e noventa e três milhões seiscentas e trinta e sete mil e novecentas e setenta e quatro) quotas sociais, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, assim distribuídas entre os sócios:

Sócio:	Quotas:	Valor:	(%)
Taurus Armas S.A.	293.637.974	293.637.974,00	100,0%
TOTAL	293.637.974	293.637.974,00	100,0%

As demais cláusulas do contrato social da TMFL permanecerão inalteradas.

10. Demonstrações financeiras usadas para os fins da operação, nos termos da norma específica

Nos termos do Artigo 16, cap. VII da RCVM 78/22, não é aplicável a divulgação das demonstrações financeiras para fins das Operações, nos termos do Capítulo III da RCVM 78/22, uma vez que: (i) a Companhia é detentora da totalidade das Quotas de emissão da Polimetal e da TMFL; e (ii) a Operação não implica em aumento de capital social e nem emissão de novas ações pela Companhia, e, portanto, não representam diluição.

11. Demonstrações financeiras “proforma” elaboradas para os fins da operação, nos termos da norma específica

Nos termos do Artigo 16, cap. VII da RCVM 78/22, não é aplicável a divulgação das demonstrações financeiras pro-forma, nos termos do capítulo III da RCVM 78/22, uma vez que: (i) a Companhia é detentora da totalidade das Quotas de emissão da Polimetal e da TMFL; (ii) as Operações não implicam aumento de capital social e nem emissão de novas ações pela Companhia, e, portanto, não representam diluição; e (iii) as Operações não são consideradas relevantes pelas normas contábeis sobre informações financeiras pro-forma.

12. Documento contendo informações sobre as sociedades diretamente envolvidas que não sejam companhias abertas, incluindo:

a. Fatores de risco, nos termos dos itens 4.1 a 4.3 do formulário de referência

Considerando que a Companhia detém a totalidade do capital social da Polimetal e da TMFL, a administração entende que os fatores de risco constantes do formulário de referência da Companhia já incluem os fatores de risco aplicáveis à Polimetal e TMFL.

- b. Descrição das principais alterações nos fatores de riscos ocorridas no exercício anterior e expectativas em relação à redução ou aumento na exposição a riscos como resultado da operação.**

Considerando que a Companhia detém a totalidade do capital social da Polimetal e da TMFL, a administração entende que não haverá alteração na exposição a risco decorrente das Operações.

- c. Descrição de suas atividades, nos termos dos itens 1.2 a 1.5 do formulário de referência**
- d. Descrição do grupo econômico, nos termos do item 6 do formulário de referência**
- e. Descrição do capital social, nos termos do item 12.1 do formulário de referência**

A Polimetal é uma sociedade empresária limitada, com sede social e foro jurídico na cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida São Borja, nº 2181, Prédio B, Bairro Fazenda São Borja, CEP 93035-411, inscrita no CNPJ sob o nº 89.545.511/0001-00 e na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul sob o NIRE nº 43.2.0004781.2, que tem por objeto social a indústria, comércio, importação e exportação de armas, peças para armas, algemas, artefatos de couro para uso e porte de armas, munição e materiais relacionados, a participação em outras empresas como sócia ou acionista, a indústria, comércio, importação e exportação de peças forjadas, equipamentos industriais, produtos de metal, couro, plástico, ferramentas, máquinas e equipamentos de segurança, a prestação de serviços de consultoria, planejamento, assistência técnica e representação comercial em várias áreas diversas, a concessão de licenças de marcas, exploração de patentes, transferência de tecnologia, serviços especializados de engenharia de produto e a locação de bens móveis e imóveis. O capital social, totalmente subscrito e integralizado, previamente à Operação, é de R\$ 211.452.092,00 (duzentos e onze milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, noventa e dois reais), dividido em 211.452.092 (duzentos e onze milhões, quatrocentas e cinquenta e duas mil, noventa e duas) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, detido unicamente pela sócia Taurus Armas S.A.

A TMFL é uma sociedade empresária limitada, com sede social no município de Mandirituba, Estado do Paraná, à Avenida Taurus, nº 20, Bairro Ciman, CEP 83.800-000, inscrita no CNPJ sob nº 90.420.811/0001-34, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Paraná sob o NIRE nº 41207690735, que atua na fabricação de produtos de segurança, vestuário, papel e aço, consultoria empresarial, comércio atacadista de equipamentos industriais, atividades de pesquisa e desenvolvimento, serviços de tratamento em metais, educação, propriedade industrial e participação em outras sociedades. O capital social, totalmente subscrito e integralizado, previamente à Operação, é de R\$ 293.638.974,00 (duzentos e noventa e três milhões seiscentos e trinta e oito mil novecentos e setenta e quatro reais), dividido em 293.638.974 (duzentos e noventa e três milhões seiscentos e trinta e oito mil e novecentas e setenta e quatro) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, detido unicamente pela sócia Taurus Armas S.A.

A Companhia, a Polimetal e a TMFL são sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico, sendo que a Polimetal e a TMFL são subsidiárias integrais da Companhia. Assim, as informações relativas das sociedades se confundem com as informações do grupo econômico ao qual pertence a Companhia, estando tais informações disponíveis no Formulário de Referência da Companhia, disponível nas páginas eletrônicas da Companhia (<https://www.taurusri.com.br>), da CVM (<http://www.gov.br/cvm>) e da B3 (<http://www.b3.com.br>) na rede mundial de computadores.

13. Descrição da estrutura de capital e controle depois da operação, nos termos do item 6 do formulário de referência.

Não aplicável, uma vez que não haverá alteração na estrutura de capital e controle da Companhia após as Operações, na medida em que a Polimetal e a TMFL pertencem ao mesmo grupo econômico da Taurus. A Companhia detém 100% (cem por cento) do capital social de Polimetal e TMFL.

14. Número, classe, espécie e tipo dos valores mobiliários de cada sociedade envolvida na operação detidos por quaisquer outras sociedades envolvidas na operação, ou por pessoas vinculadas a essas sociedades, conforme definidas pelas normas que tratam de oferta pública para aquisição de ações.

A Companhia detém a totalidade das quotas sociais de emissão da Polimetal e da TMFL, não havendo outras sociedades ou pessoas envolvidas na Cisão Parcial de Polimetal e na Cisão Parcial de TMFL. E a Polimetal e a TMFL não são titulares de valores mobiliários de emissão da Companhia.

15. Exposição de qualquer das sociedades envolvidas na operação, ou de pessoas a elas vinculadas, conforme definidas pelas normas que tratam de oferta pública para aquisição de ações, em derivativos referenciados em valores mobiliários emitidos pelas demais sociedades envolvidas na operação.

A Companhia, Polimetal e a TMFL não estão, na data da divulgação desta Proposta, sujeitas à exposição em derivativos referenciados em valores mobiliários da Companhia, da Polimetal e/ou da TMFL.

16. Relatório abrangendo todos os negócios realizados nos últimos 6 (seis) meses pelas pessoas abaixo indicadas com valores mobiliários de emissão das sociedades envolvidas na operação:

a. Sociedades envolvidas na operação:

(i) e (ii) Operações de compra e venda privadas

A Companhia, na data de 30 de novembro de 2023, vendeu e transferiu 14 (quatorze) quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, representativas de 0,01% do capital do capital social da Taurus Helmets Indústria de Capacetes Ltda., CNPJ 04.290.323/0001-18 ("Helmets"), pelo preço de R\$ 15.420,72 (quinze mil quatrocentos e vinte reais e setenta e dois centavos), em moeda corrente nacional, à Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda., CNPJ/MF n.º 89.545.511/0001-00 ("Polimetal"). O preço observou o valor do patrimônio líquido da Helmets à valor contábil à data base de 31 de outubro de 2023.

As sociedades, em 30 de novembro de 2023, (i) Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda., CNPJ/MF n.º 89.545.511/0001-00 ("Polimetal"), titular de 58.631.857 (cinquenta e oito milhões seiscentas e trinta e uma mil e oitocentas e cinquenta e sete) quotas sociais de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada correspondentes a R\$ 58.631.857,00 (cinquenta e oito milhões, seiscentos e trinta e um mil e oitocentos e cinquenta e sete reais) do capital social da TMFL (já qualificada acima); e, (ii) Taurus Investimentos Imobiliários Ltda., CNPJ/MF 09.587.633/0001-12 ("TIIL"), titular de 50.000.000 (cinquenta milhões) quotas sociais de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada correspondentes a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) do capital social da Sociedade, deram em pagamento e transferiram a integralidade das referidas Quotas à Companhia nos termos do Instrumento Particular de Dação em Pagamento e Outras Avenças. A Polimetal deu em pagamento e transferiu à Taurus e a Taurus recebeu em pagamento e adquiriu 58.631.857 de Quotas de emissão da TMFL, representativas de 19,97% do capital social. E, em contraprestação ao recebimento e a aquisição das Quotas de emissão da TMFL dadas em pagamento pela Polimetal, a Companhia conferiu à Polimetal quitação de dívida no valor de R\$ 254.172,28 (duzentos e cinquenta e quatro mil e cento e setenta e dois reais e vinte e oito centavos). A TIIL deu em pagamento e

transferiu à Taurus e a Taurus recebeu em pagamento e adquiriu 50.000.000 (cinquenta milhões) de Quotas de emissão TMFL, representativas de 17,03% do capital social. E, em contraprestação ao recebimento e a aquisição das Quotas de emissão da TMFL dadas em pagamento pela TIIL, a Companhia conferiu à TIIL quitação de dívida no valor de R\$ 216.752,71 (duzentos e dezesseis mil setecentos e cinquenta e dois reais e setenta e um centavos). A dação de quotas sociais de emissão da TMFL em pagamento considerou o valor do patrimônio líquido da TMFL à valor contábil à data base de 30 de novembro de 2023, avaliado em R\$ 1.272.940,89 (um milhão duzentos e setenta e dois mil novecentos e quarenta reais e oitenta e nove centavos). Assim, cada quota social da TMFL foi avaliada, para fins da transação acima sintetizada, em R\$ 0,00433505. Em decorrência da transação de dação em pagamento, a Companhia passou a ser titular de 100% (cem por cento) do capital social da TMFL.

A Companhia, na data de 30 de novembro de 2023, deu em pagamento e transferiu à Polimetal, acima qualificada, e a Polimetal recebeu em pagamento e adquiriu 13.592.240 (treze milhões quinhentas e noventa e duas mil e duzentas e quarenta) de Quotas de emissão de Taurus Investimentos Imobiliários Ltda., CNPJ/MF n.º 09.587.633/0001-12 (“TIIL”), correspondentes a 25,5050% do capital social da TIIL. E, em contraprestação ao recebimento e a aquisição das 13.592.240 Quotas de emissão da TMFL dadas em pagamento pela Companhia, a Polimetal conferiu à Companhia quitação de dívida no valor de R\$ 37.095.626,20 (trinta e sete milhões e noventa e cinco mil e seiscentos e vinte e seis reais e vinte centavos). A dação de quotas sociais de emissão da TIIL em pagamento considerou o valor do patrimônio líquido da TIIL à valor contábil à data base de 30 de novembro de 2023, avaliado em R\$ 145.444.249,45 (cento e quarenta e cinco milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil duzentos e quarenta e nove reais e quarenta e cinco centavos). Assim, cada 1 quota social da TIIL foi avaliada, para fins desta transação, em R\$ 2,72917681.

(iii) e (iv) Operações de compra e venda em mercados regulamentados:

Não aplicável.

b. Partes relacionadas a sociedades envolvidas na operação:

(i) e (ii) Operações de compra e venda privadas

Conforme relatado nos subitens “i” e “ii” do item “a” acima.

(iii) e (iv) Operações de compra e venda em mercados regulamentados:

Não aplicável.

17. Documento por meio do qual o Comitê Especial Independente submeteu suas recomendações ao Conselho de Administração, caso a operação tenha sido negociada nos termos do Parecer de Orientação CVM nº 35, de 2008.

Não aplicável. As operações não resultarão em aumento ou redução de capital da Companhia, ou em relação de substituição negociada, inexistindo, assim, as circunstâncias previstas no Parecer de Orientação CVM nº 35 que recomendam sua adoção.

Anexo D

Cópia do Protocolo e Justificação Polimetal

PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE CISÃO PARCIAL DE POLIMETAL METALURGIA E PLÁSTICOS LTDA. E INCORPORAÇÃO DA PARCELA CINDIDA PELA TAURUS ARMAS S.A.

celebrado entre

POLIMETAL METALURGIA E PLÁSTICOS LTDA.

na qualidade de Cindida,

e

TAURUS ARMAS S.A.

na qualidade de Cindenda

São Leopoldo, RS, 30 de novembro de 2023

PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE CISÃO PARCIAL DE POLIMETAL METALURGIA E PLÁSTICOS LTDA. E INCORPORAÇÃO DA PARCELA CINDIDA PELA Taurus ARMAS S.A.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes:

(A) POLIMETAL METALURGIA E PLÁSTICOS LTDA., sociedade empresária limitada com sede social e foro jurídico na cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida São Borja, n.º 2.181, Prédio B, Bairro Fazenda São Borja, CEP 93.035-411, inscrita no CNPJ sob o nº 89.545.511/0001-00 e na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul sob o NIRE nº 43.2.0004781.2, neste ato representada na forma do seu contrato social por seus administradores, **Salesio Nuhs**, brasileiro, nascido em 22/05/1960, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, industrial, inscrito no CPF/ME sob nº 437.953.159-72 e portador da Cédula de Identidade RG nº 263603891/SSP/SP, e **Sergio Castilho Sgrillo Filho**, brasileiro, nascido em 04/11/1977, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 8070518793/SSP/RS e inscrito no CPF/ME sob nº 904.896.160-20 ("POLIMETAL" ou "Cindida"); e,

(B) Taurus ARMAS S.A., sociedade anônima de capital aberto com sede social na cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida São Borja, n.º 2.181, Prédio A, Distrito Industrial, CEP 93.032-000, inscrita no CNPJ sob nº 92.781.335/0001-02, NIRE nº 43.3.0000739.1, neste ato representada por seus Diretores, **Salesio Nuhs**, brasileiro, nascido em 22/05/1960, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, industrial, inscrito no CPF/ME sob nº 437.953.159-72 e portador da Cédula de Identidade RG nº 263603891/SSP/SP, e **Sergio Castilho Sgrillo Filho**, brasileiro, nascido em 04/11/1977, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 8070518793/SSP/RS e inscrito no CPF/ME sob nº 904.896.160-20 ("TASA" ou "Cindenda").

Cindida e Cindenda, em conjunto, doravante designadas simplesmente "Partes" e, individualmente, "Parte".

PREÂMBULO

CONSIDERANDO QUE:

- (i) a TASA é uma companhia aberta categoria "A" com ações negociadas no segmento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") sob o código de negociação (*ticker*) "TASA4".
- (ii) a TASA desenvolve atividades de indústria, comércio, importação e exportação de armas, peças para armas, munição, produtos destinados à proteção e segurança pessoal, dentre outras atividades, nos termos de seu objeto social.
- (iii) a POLIMETAL tem no seu objeto social o propósito de desenvolver atividades de indústria, comércio, importação e exportação de armas, peças para armas, algemas, artefatos de couro para uso e porte de armas, munição, componentes e matérias-primas para munição, peças forjadas, peças pelo processo de injeção e sintetização, metalurgia e outros, produtos de metal, couro e plástico, produtos destinados à proteção e segurança pessoal, concessão de licença para uso de marcas, participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, dentre outras atividades;
- (iv) a TASA é titular de 100% (cem por cento) das quotas sociais de emissão da POLIMETAL ("Quotas").

- (v) subordinado a determinados termos e condições, a POLIMETAL pretende cindir parcela de seu patrimônio e transferi-lo para a TASA e a TASA pretende incorporar a parcela a ser cindida da POLIMETAL.
- (vi) as administrações das Partes acreditam que a cisão parcial da POLIMETAL com a incorporação da parcela cindida pela TASA beneficiará as Partes, otimizando sua estrutura de capital, a compensação de obrigações financeiras e fiscais e permitindo a realocação de ativos e passivos de modo a gerar maior eficiência aos negócios.

RESOLVEM firmar, nos termos dos artigos 224, 225, 226, 227 e 229 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), dos artigos 1.116, 1.117, 1.118 e 1.122 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro 2002, conforme alterada ("Código Civil") e das normas constantes da Resolução CVM n.º 78, de 29 de março de 2022 ("RCVM 78/22"), o presente instrumento particular de "Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda e incorporação da Parcela Cindida pela Taurus Armas S.A.", observados os termos, cláusulas e condições adiante consubstanciados ("Protocolo e Justificação").

CLÁUSULA 1. INTERPRETAÇÕES E DEFINIÇÕES.

- 1.1. Interpretação. Os títulos e cabeçalhos deste Protocolo e Justificação servem meramente para referência e não devem limitar ou afetar o significado atribuído à Cláusula a que fazem referência.
 - 1.1.1. Os termos "inclusive", "incluindo", "particularmente" e outros termos semelhantes serão interpretados como se estivessem acompanhados do termo "exemplificativamente".
 - 1.1.2. Sempre que exigido pelo contexto, as definições contidas neste Protocolo e Justificação aplicar-se-ão tanto no singular quanto no plural e o gênero masculino incluirá o feminino e vice-versa.
 - 1.1.3. Referências a qualquer documento ou outros instrumentos incluem todas as suas alterações, substituições, consolidações e respectivas complementações, salvo expressamente disposto de forma diferente.
 - 1.1.4. Referências a disposições legais serão interpretadas como referências às disposições respectivamente alteradas, estendidas, consolidadas ou reformuladas na data deste Protocolo e Justificação.
- 1.2. Definições. Os termos iniciados com letras maiúsculas constantes deste Protocolo e Justificação terão os significados a eles atribuídos neste instrumento.

CLÁUSULA 2. OBJETO

- 2.1. Operação. Este Protocolo e Justificação tem por objeto consubstanciar as justificativas, os termos, cláusulas e condições da cisão parcial da POLIMETAL, com a incorporação da parcela patrimonial cindida pela TASA ("Operação"), de modo que, com a implementação da Operação, a POLIMETAL continuará existente na qualidade de subsidiária integral da TASA e a TASA sucederá a POLIMETAL, a título universal, em relação, exclusivamente, aos bens, direitos, pretensões, faculdades, poderes, imunidades, ações, exceções, deveres, dívidas, obrigações, sujeições, ônus e responsabilidades integrantes da parcela patrimonial cindida, nos termos do artigo 229 da Lei das S.A.

CLÁUSULA 3. MOTIVOS E FINS DA OPERAÇÃO, BENEFÍCIOS, FATORES DE RISCO E CUSTOS

3.1. Motivos e Fins da Operação. Tendo em vista que as Partes são sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico e considerando que a TASA é titular direta de 100% do capital social da POLIMETAL, a Operação trará benefícios às Partes, de ordem econômica, financeira e fiscal, na medida em que recíprocas obrigações financeiras e fiscais serão imediatamente compensadas e quitadas.

3.2. Fatores de Risco. Tendo em vista que a TASA é titular de 100% do capital social da POLIMETAL, as Partes entendem que a Operação não aumenta a exposição de risco das Partes e não impacta em risco aos acionistas, investidores e terceiros interessados na TASA.

3.3. Estimativas de Custos. As Partes estimam que os custos e despesas totais para realização e efetivação da Operação, incluindo os honorários de assessores jurídicos, de avaliadores e de auditores e os custos para realização e publicação dos atos societários não devem ultrapassar o montante de aproximadamente R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

3.4. Opinião dos Administradores. Os administradores das Partes entendem que a Operação, considerando os motivos e fins descritos na Cláusula 3.1 acima, trará maior racionalização de obrigações e ativos entre as mesmas, refletindo em melhores resultados operacionais e financeiros, justificando, portanto, a Operação.

CLÁUSULA 4. CAPITAL SOCIAL DAS PARTES ANTES DA OPERAÇÃO

4.1. Composição do Capital Social da POLIMETAL Antes da Operação. O capital social da POLIMETAL, nesta data, é de R\$ 293.411.778 (duzentos e noventa e três milhões e quatrocentos e onze mil e setecentos e setenta e oito reais), dividido em 293.411.778 (duzentos e noventa e três milhões e quatrocentos e onze mil e setecentos e setenta e oito) Quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, conforme abaixo indicado:

Sócio	Quotas	% Total
Taurus Armas S.A.	293.411.778	100%
Total:	293.411.778	100%

4.2. Composição do Capital Social da TASA Antes da Operação. O capital social da TASA, nesta data, é de R\$ 367.935.517,53 (trezentos e sessenta e sete milhões, novecentos e trinta e cinco mil, quinhentos e dezessete reais e cinquenta e três centavos) representado por 126.634.434 (cento e vinte e seis milhões, seiscentas e trinta e quatro mil, quatrocentas e trinta e quatro) ações, sendo 46.445.314 (quarenta e seis milhões, quatrocentas e quarenta e cinco mil, trezentas e quatorze) ações ordinárias e 80.189.120 (oitenta milhões, cento e oitenta e nove mil, cento e vinte) ações preferenciais, todas escriturais, nominativas e sem valor nominal, distribuídas entre os acionistas conforme abaixo indicado:

Acionista	Ações	% Total
	Ações Ordinárias	
BYK Participações S.A.	31.889.353	68,66%
CBC Brasil Com. Dis. Ltda.	673.457	1,45%
Gibraltar Inc. e Par. Ltda.	5.889.266	12,68%
Outros	7.993.238	17,21%

Total	46.445.314	100%
	<i>Ações Preferenciais</i>	
BYK Participações S.A.	4.201.910	5,24%
Gibraltar Inc. e Par. Ltda.	6.824.094	8,51%
Luiz Barsi Filho	6.230.695	7,77%
Outros	62.932.421	78,48%
Total:	80.189.120	100%

CLÁUSULA 5. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DAS PARTES APÓS A OPERAÇÃO

5.1. Composição do Capital Social da POLIMETAL Depois da Cisão Parcial. Após a efetivação da Cisão Parcial POLIMETAL, com a versão do Acervo Cindido à TASA, o capital social da POLIMETAL será reduzido em R\$ 1.456.003,00 (um milhão quatrocentos e cinquenta e seis mil e três reais) mediante o cancelamento e extinção de 1.456.003 (um milhão quatrocentos e cinquenta e seis mil e três) Quotas que eram detidas por TASA, correspondente ao patrimônio líquido cindido ("Quotas Extintas"), passando dos atuais R\$ 294.252.884,00 (duzentos e noventa e quatro milhões, duzentos e cinquenta e dois mil e oitocentos e oitenta e quatro reais), dividido em 294.252.884 (duzentos e noventa e quatro milhões, duzentos e cinquenta e dois mil e oitocentos e oitenta e quatro) Quotas, para R\$ 291.955.775,00 (duzentos e noventa e um milhões novecentos e cinquenta e cinco mil e setecentos e setenta e cinco reais), dividido em 291.955.775 (duzentos e noventa e um milhões novecentas e cinquenta e cinco mil e setecentas e setenta e cinco) Quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, distribuídas entre os sócios conforme abaixo indicado:

Sócio	Quotas	Valor (R\$)	% Total
Taurus Armas S.A.	291.955.775	291.955.775,00	100%
Total:	291.955.775	291.955.775,00	100%

5.2. Composição do Capital Social da TASA Depois da Operação. O capital social da TASA com a implementação da Operação permanecerá inalterado no valor de R\$ 367.935.517,53 (trezentos e sessenta e sete milhões, novecentos e trinta e cinco mil, quinhentos e dezessete reais e cinquenta e três centavos) representado por 126.634.434 (cento e vinte e seis milhões, seiscentas e trinta e quatro mil, quatrocentas e trinta e quatro) ações, sendo 46.445.314 (quarenta e seis milhões, quatrocentas e quarenta e cinco mil, trezentas e quatorze) ações ordinárias e 80.189.120 (oitenta milhões, cento e oitenta e nove mil, cento e vinte) ações preferenciais, todas escriturais, nominativas e sem valor nominal, sem qualquer alteração na sua distribuição entre os acionistas da Companhia em decorrência da Operação.

Acionista	Ações	% Total
	<i>Ações Ordinárias</i>	
BYK Participações S.A.	31.889.353	68,66%
CBC Brasil Com. Dis. Ltda.	673.457	1,45%
Gibraltar Inc. e Par. Ltda.	5.889.266	12,68%

Outros	7.993.238	17,21%
Total:	46.445.314	100%
Ações Preferenciais		
BYK Participações S.A.	4.201.910	5,24%
Gibraltar Inc. e Par. Ltda.	6.824.094	8,51%
Luiz Barsi Filho	6.230.695	7,77%
Outros	62.932.421	78,48%
Total:	80.189.120	100%

5.3. Direitos, Votos e Dividendos dos Acionistas da TASA. Não haverá alteração nos direitos de voto, dividendos ou quaisquer outros direitos políticos ou patrimoniais conferidos aos atuais acionistas da TASA, comparativamente às vantagens políticas e patrimoniais das ações existentes antes da Operação.

CLÁUSULA 6. DIREITO DE RETIRADA E VALOR DE REEMBOLSO

6.1. Direito de Retirada dos Sócios da POLIMETAL. Visto que a TASA é a única sócia da Cindida, a aprovação da Operação dependerá, exclusivamente, do voto afirmativo da Cindida. Desse modo, inexistirá sócio dissidente da deliberação de sócios da POLIMETAL.

CLÁUSULA 7. RELAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO E NÚMERO DE QUOTAS E AÇÕES

7.1. Inexistência de Relações de Substituição. A Cisão Parcial POLIMETAL será realizada sem relação de substituição das Quotas de emissão da POLIMETAL por ações da TASA, tendo em vista que (i) a TASA é titular da totalidade das quotas de emissão da POLIMETAL; (ii) a Operação não acarretará aumento de capital social na TASA; (iii) a Operação não implicará emissão de novas ações pela TASA; e (iv) não haverá migração de qualquer sócio da POLIMETAL para o capital social da TASA, tendo em vista que esta é a única sócia da POLIMETAL.

7.2. Alteração Número de Quotas da Cindida. A Operação acarretará a extinção de 1.456.003 (um milhão quatrocentas e cinquenta e seis mil e três) Quotas de emissão da POLIMETAL.

7.3. Inexistência de Emissão de Novas Ações pela Cindida. A Operação será realizada sem a emissão de novas ações pela TASA.

7.4. Frações de Ações da Cindida. Como a Operação será realizada sem a emissão de novas ações pela TASA, não haverá frações de ações a serem consolidadas.

7.5. Inexigibilidade da Relação de Substituição para Fins Comparativos. Não é aplicável à Operação as avaliações dos patrimônios líquidos das Partes para fins da relação de substituição comparativa prevista no artigo 264 da Lei das S.A., tendo em vista que: (i) a TASA é a titular da totalidade das quotas de emissão da POLIMETAL, inexistindo sócios não controladores que devem migrar para a TASA; e, (ii) a Operação será realizada sem relação de substituição.

CLÁUSULA 8. ELEMENTOS PATRIMONIAIS ATIVOS E PASSIVOS

8.1. Parcela Cindida – Cisão Parcial POLIMETAL. A parcela do patrimônio da POLIMETAL a ser vertida e transferida por incorporação para a TASA é composta, única e exclusivamente, pelos ativos e passivos

selecionados pela administração das Partes, conforme descritos no anexo ao Laudo de Avaliação Parcela Cindida (“Parcela Cindida”).

- 8.1.1. No momento da aprovação da Operação, parte do investimento da TASA na POLIMETAL, correspondente ao valor da Parcela Cindida, com eventuais ajustes decorrentes das variações patrimoniais posteriores relacionados à Parcela Cindida, será cancelado e será substituído pelos ativos e passivos selecionados que formam a Parcela Cindida a ser incorporada pela Cindenda.

CLÁUSULA 9. AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

9.1. Empresa Avaliadora. Consoante artigos 226, 227 e 229 da Lei n.º 6.404/1976, as Partes contrataram a Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda, sociedade estabelecida na cidade de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 105, conj. 121 e 122, Cidade das Monções, CEP 04571-010, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ) nº 13.045.248/0001-10, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº CRC 2SP-034.766/O-0, representada pelo seu responsável técnico, Sr. Romeu Sabino da Silva, brasileiro, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 7064813277, inscrito no CPF sob o nº 917.661.250-34 e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio Grande do Sul sob o nº 071263/O-0, residente e domiciliado em Porto Alegre, com escritório estabelecido na cidade de Porto Alegre, na Avenida Iguazu, 418/1404 (“Empresa Avaliadora”) para elaborar o laudo de avaliação do valor contábil da Parcela Cindida da POLIMETAL (“Laudo de Avaliação Parcela Cindida POLIMETAL”).

9.2. Ratificação da Contratação da Empresa Avaliadora. A escolha da Empresa Avaliadora para elaboração de Laudo de Avaliação Parcela Cindida deverá ser ratificada pela reunião de sócios e assembleia geral extraordinária das Partes.

9.3. Critério de Avaliação. A Parcela Cindida foi avaliada por seus valores contábeis.

9.4. Data Base da Avaliação. Adotou-se como data-base para avaliação da Parcela Cindida o dia 31 de outubro de 2023 (“Data-Base”).

9.5. Laudo de Avaliação. A Empresa Avaliadora elaborou o Laudo de Avaliação Parcela Cindida, que integra o presente Protocolo e Justificação como Anexo 9.5(i).

9.6. Valor atribuído – Parcela Cindida. Conforme o Laudo de Avaliação Parcela Cindida preparado pela Empresa Avaliadora, o valor contábil da Parcela Cindida na Data-Base corresponde a R\$ 1.456.003,00 (um milhão quatrocentos e cinquenta e seis mil e três reais).

9.7. Variações Patrimoniais. As variações patrimoniais relativas à Parcela Cindida que ocorrerem entre a Data-Base e a data da efetiva realização da Operação serão absorvidas pela Cindenda e reconhecidas diretamente na sua escrituração.

CLÁUSULA 10. CONTINUIDADE DA CINDIDA, CREDORES E SUCESSÃO DE OBRIGAÇÕES

10.1. Continuidade da Cindida. A Operação não resultará na extinção da POLIMETAL que continuará existentes na qualidade de sociedade subsidiária integral da TASA.

10.2. Relação perante Credores. Como a Operação confere certos direitos especiais aos credores da Cindida, nos termos do art. 233 da Lei n.º 6.404/1976, a redução do capital social realizada no âmbito da cisão parcial (i) produzirá efeitos imediatos e (ii) o arquivamento da alteração do contrato social da POLIMETAL não dependerá da abertura do prazo para oposição de credores previsto nos artigos 174 da Lei n.º 6.404/1976 e 1.084, § 2º do Código Civil.

10.3. Sucessão em Bens, Direitos e Obrigações da Parcela Cindida. A TASA sucederá a POLIMETAL, a título universal e sem solução de continuidade, exclusivamente em relação aos bens, direitos, deveres, obrigações e responsabilidades de titularidade da POLIMETAL e integrantes ou relacionados à Parcela Cindida incorporada pela TASA.

10.4. Registro e averbação da sucessão da Cindida. Nos termos do artigo 234 da Lei das S.A., a certidão da Cisão Parcial emitida pelo Registro de Empresas será documento hábil para o registro e averbação, nos registros públicos e privados competentes, da sucessão universal pela Cindida em relação aos bens, direitos, deveres, obrigações e responsabilidades integrantes ou relacionados à Parcela Cindida.

10.5. Ausência de Solidariedade entre a Cindenda e a Cindida. A TASA será responsável apenas pelas dívidas, obrigações e passivos que lhes forem expressamente transferidas em razão da Operação expressa neste instrumento, sem solidariedade entre a Cindenda e a Cindida, nos termos do artigo 233, § único, da Lei das S.A.

CLÁUSULA 11. DEFESA DA CONCORRÊNCIA E AUTORIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS

11.1. Autoridades de Defesa da Concorrência. A realização da Operação não está sujeita à apreciação das autoridades de defesa da concorrência, quer no Brasil ou no exterior.

11.2. Autorizações de Autoridades Governamentais. A realização da Operação também não está sujeita à aprovação de qualquer outra autoridade governamental, quer no Brasil, quer no exterior.

CLÁUSULA 12. ATOS SOCIETÁRIOS E REFORMA ESTATUTÁRIA

12.1. Alteração do Contrato Social da POLIMETAL. Deverá ser celebrada alteração do contrato social da POLIMETAL para deliberar e aprovar, dentre outras matérias: (i) este Protocolo e Justificação; (ii) a Cisão Parcial, nos termos e condições do presente Protocolo e Justificação; (iii) a redução do capital social, com a respectiva alteração de seu contrato social; e (iv) autorização para os administradores praticarem todos os atos necessários à efetivação da Cisão Parcial.

12.1.1. O capital social da POLIMETAL será modificado para refletir a redução de capital resultante da Cisão Parcial, passando a Cláusula Quinta do contrato social a vigor com a seguinte redação:

“DO CAPITAL SOCIAL

Quinta - O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 291.955.775,00 (duzentos e noventa e um milhões novecentos e cinquenta e cinco mil e setecentos e setenta e cinco reais), dividido em 291.955.775 (duzentos e noventa e um milhões novecentos e cinquenta e cinco mil e setecentos e setenta e cinco) Quotas sociais, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, detido unicamente pela sócia TAURUS ARMAS S.A.”

12.2. Assembleia Geral Extraordinária da TASA. Deverá ser realizada uma assembleia geral extraordinária da TASA para deliberar e aprovar, dentre outras matérias: (i) este Protocolo e Justificação; (ii) a ratificação da nomeação da Empresa Avaliadora para elaboração do Laudo de Avaliação Parcela Cindida, (iii) a Cisão Parcial, nos termos e condições do presente Protocolo e Justificação; e (iv) a autorização para os administradores praticarem todos os atos necessários à efetivação da Operação.

12.2.1. Como a Operação será realizada sem aumento de capital, não haverá qualquer modificação no estatuto social da TASA.

CLÁUSULA 13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Demonstrações financeiras. Nos termos do art. 16 da RCVM 78/22, não é aplicável a divulgação das demonstrações financeiras para fins da operação e das demonstrações financeiras proforma, nos termos do capítulo III da RCVM 78/22, uma vez que: (i) a TASA é detentora da totalidade das quotas da POLIMETAL; e (ii) a Operação não implica aumento de capital social nem emissão de novas ações pela TASA, e, portanto, não representa diluição.

13.2. Documentos. Este Protocolo e Justificação e o Laudo de Avaliação Parcela Cindida, bem como a proposta da administração da TASA contendo as informações exigidas pela Resolução CVM n.º 81, de 29 de março de 2022 ("RCVM 81/22"), conforme alterada, serão colocados à disposição nas páginas eletrônicas da CVM, da B3 e da TASA na rede mundial de computadores.

13.3. Negócios Dependentes. Este Protocolo e Justificação é celebrado no contexto da reorganização societária da POLIMETAL e da TASA, conforme informado no preâmbulo deste instrumento.

13.4. Prática de Atos. Uma vez aprovada a Operação, os administradores da POLIMETAL e da TASA deverão praticar todos os atos, registros e averbações que se fizerem necessários à perfeita regularização, formalização e efetivação da Operação e do estabelecido no presente Protocolo e Justificação.

13.5. Custos e Despesas. Cada Parte deve arcar com suas respectivas despesas, diretas ou indiretas, decorrentes da celebração deste Protocolo e Justificação e da consumação da Operação, incluindo, sem limitação, despesas com publicações, assessores jurídicos e financeiros, registros e averbações necessários.

13.6. Tributos. Cada uma das Partes deverá recolher e pagar pontualmente todos os tributos incidentes em razão da Operação e para os quais seja definida como contribuinte pela legislação tributária. Adicionalmente, as Partes autorizam-se mutuamente a reter e pagar em nome e por conta da outra todos os tributos para os quais a legislação tributária determine o recolhimento na fonte.

13.7. Aprovações. Este Protocolo e Justificação contém as condições exigidas pela Lei das S.A. e pela regulamentação aplicável da CVM para a proposta de cisão parcial da Cindida com incorporação da Parcela Cindida pela Cindenda, e deverá ser submetido à apreciação e aprovação da assembleia geral extraordinária da TASA e da reunião de sócios da POLIMETAL.

13.8. Sobrevivência de Cláusulas. Caso alguma cláusula, disposição, termo ou condição deste Protocolo e Justificação venha ser considerada inválida ou inexecutável, as demais cláusulas, disposições, termos e condições não afetados permanecerão válidas e em pleno vigor.

13.9. Renúncia e Não Exercício. O não exercício, ou o atraso no exercício, por qualquer das Partes, dos direitos a elas respectivamente conferidos nos termos deste Protocolo e Justificação, não será interpretado como renúncia em relação a tal direito. Toda e qualquer renúncia aos direitos estabelecidos neste Protocolo e Justificação somente será válida quando entregue por escrito e assinada pela Parte renunciante.

13.10. Cessão. É vedada a cessão de quaisquer dos direitos e obrigações pactuados no presente Protocolo e Justificação sem o prévio e expresso consentimento, por escrito, de cada uma das Partes.

13.11. Título Executivo. O presente Protocolo e Justificação, assinado juntamente com 2 (duas) testemunhas, servirá como título executivo extrajudicial na forma da legislação processual civil, para todos os efeitos legais, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras

medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos deste instrumento estão sujeitas à execução específica, nos termos da legislação processual civil.

13.12. Lei aplicável. Este instrumento de Protocolo e Justificação será regido, interpretado e aplicado de acordo com a legislação vigente da República Federativa do Brasil.

13.13. Foro. Fica eleito o Foro da Comarca de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, para dirimir todas as questões oriundas do presente Protocolo e Justificação, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

13.14. Assinatura Eletrônica. Os signatários reconhecem a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia deste Protocolo e Justificação e de seus termos, nos moldes do artigo 219 do Código Civil, em formato eletrônico e/ou assinado por meio de certificados eletrônicos, ainda que sejam certificados eletrônicos não emitidos pela ICP-Brasil, nos termos do artigo 10, parágrafo segundo, da Medida Provisória nº 2.220-2/ 2001 (a "MP nº 2.220-2"), como, por exemplo, por meio do upload deste Protocolo e Justificação e aposição de suas respectivas assinaturas eletrônicas na plataforma DocuSign (<https://account.docusign.com/>), produzindo efeitos para todas as Partes a partir da data de assinatura nele indicada, ainda que uma ou mais Partes realizem a assinatura em data posterior.

E, POR ESTAREM ASSIM JUSTAS E CONTRATADAS, as Partes assinam o presente Protocolo e Justificação por meio eletrônico, juntamente com 2 (duas) testemunhas abaixo indicadas.

São Leopoldo, RS, 30 de novembro de 2023.

POLIMETAL METALURGIA E PLÁSTICOS LTDA.

REPRESENTADA POR SEUS ADMINISTRADORES SALESIO NUHS E
SERGIO CASTILHO SGRILLO FILHO
CINDIDA

TAURUS ARMAS S.A.

REPRESENTADA POR SEUS DIRETORES SALESIO NUHS E
SERGIO CASTILHO SGRILLO FILHO
CINDENDA

Testemunhas:

1. _____
MARCO OLIVEIRA DA COSTA
CPF: 018.707.640-56
RG: 1096891302

2. _____
NEANDRO BAGATINI LAZARON
CPF: 823.812.320-87
RG: 1063198152

Anexo E

Cópia Laudo de Avaliação Parcela Cindida Polimetal



Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.

Laudo de avaliação do acervo líquido formado por determinados ativos e passivos apurados por meio dos livros contábeis nº 23C1F-008-PB

Em 31 de outubro de 2023





Índice

	Página
Laudo de avaliação do acervo líquido formado por determinados ativos e passivos apurados por meio dos livros contábeis	3
Anexo I - Acervo líquido apurado por meio dos livros contábeis	6
Anexo II – Notas explicativas sobre as práticas contábeis utilizadas para os ativos e passivos objeto desse laudo	7



Laudo de avaliação do acervo líquido formado por determinados ativos e passivos apurados por meio dos livros contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Iguazu, 418 - Sala 1404
Petrópolis, Porto Alegre (RS) Brasil
T +55 51 3500-8473

Dados da firma avaliadora

A Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda, sociedade estabelecida na cidade de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 105, conj. 121 e 122, Cidade das Monções, CEP: 04571-010, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ) nº 13.045.248/0001-10, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº CRC 2SP-034.768/O-0, representada pelo seu responsável técnico, Sr. Romeu Sabino da Silva, brasileiro, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 7064813277, inscrito no CPF sob o nº 917.661.250-34 e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio Grande do Sul sob o nº 071.263/O-0, residente e domiciliado em Porto Alegre, com escritório estabelecido na cidade de Porto Alegre, na Avenida Iguazu, 418/1404, nomeado pela Polimetall Metalurgia e Plásticos Ltda. ("Companhia") para proceder a avaliação do acervo líquido formado por determinados ativos e passivos por meio dos livros contábeis apurado na data-base de 31 de outubro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, resumido no Anexo I, apresenta a seguir o resultado de seu trabalho.

Objetivo da avaliação

O laudo de avaliação de acervo líquido formado por determinados ativos e passivos em 31 de outubro de 2023, apurado por meio dos livros contábeis, da Polimetall Metalurgia e Plásticos Ltda. tem por objetivo suportar a reestruturação societária na qual o determinados ativos e passivos serão transferidos por cisão para a sua controladora Taurus Armas S.A. ("Taurus"), conforme apresentado no Anexo I.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela escrituração dos livros e elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos relevantes que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de tais demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia, está descrito no Anexo II do laudo de avaliação contábil.

Alcance dos trabalhos e responsabilidade do auditor independente

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre o valor contábil do acervo líquido formado por determinados ativos e passivos em 31 de outubro de 2023, com base nos trabalhos conduzidos de acordo com o Comunicado Técnico CTG 2002, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que prevê a aplicação de procedimentos de exame aplicados sobre as contas que registram os determinados ativos e passivos que constam do anexo a esse relatório e que naquela data estavam registrados no balanço patrimonial da Companhia. Assim, efetuamos o exame do referido acervo líquido de acordo com as normas contábeis aplicáveis, que requerem o cumprimento de exigências éticas e que o trabalho seja planejado e executado com o objetivo de obter segurança razoável de que o acervo líquido objeto de nosso laudo de avaliação está livre de distorção relevante.

A emissão de laudo de avaliação envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores contabilizados. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do contador, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante no acervo líquido, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o contador considera os controles internos relevantes em relação ao acervo líquido para planejar os procedimentos que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia. O trabalho inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração. Acreditamos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão.

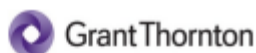
Base para ajuste de determinados ativos e passivos às práticas contábeis brasileiras

Em 31 de outubro de 2023, os saldos dos tributos de PIS e Cofins a compensar estavam a maior em R\$ 238.019,67, efeito da correção de juros.

Em 31 de outubro de 2023, a Companhia, em ato concomitante, estava operacionalizando também a incorporação de determinados saldos de ativo e passivo de suas controladas Taurus Blindagens Nordeste Ltda. (TBN) e Taurus Helmets Indústria de Capacetes Ltda. (TBL), no entanto, os referidos lançamentos contábeis desta incorporação estavam em processo de execução. Determinados saldos oriundos daquela incorporação são objeto desta cisão parcial e compõe o acervo líquido cindido pela Companhia (vide Anexo I).

Para fins deste laudo de avaliação, os saldos de determinados ativos e passivos que constam do resumo incluído no anexo foram assim ajustados para refletir os ajustes mencionados acima:

Acervo líquido conforme registros contábeis	(16.887.673,23)
(-) Ajustes atualização tributos	(238.019,67)
(+) Saldos incorporados TBN e TBL	18.581.695,90
Acervo Líquido ajustado às práticas contábeis brasileiras (ver composição resumida no anexo)	<u>1.456.003,00</u>

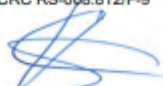


Conclusão

Com base nos trabalhos efetuados, concluímos que o valor de R\$ 1.456.003,00 (Um milhão, quatrocentos e cinquenta e seis mil e três reais) dos ativos e passivos resumidos no anexo, conforme constavam do balanço patrimonial em 31 de outubro de 2023, registrado nos livros contábeis e resumidos no anexo, ajustado pelo efeito dos assuntos mencionados no parágrafo "Base para ajuste de determinados ativos e passivos às práticas contábeis brasileiras", não registrados contabilmente, representa, em todos os aspectos relevantes, o acervo líquido formado por determinados ativos e passivos da Companhia Polimetálica Metalurgia e Plásticos Ltda., avaliado de acordo com as práticas contábeis brasileiras.

Porto Alegre, 30 de novembro de 2023

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC RS-008.812/F-9



Romeu Sabino da Silva
Contador CRC RS-071.263/O-0

Anexo I

Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.

Acervo líquido apurado por meio de livros contábeis na data-base
31 de outubro de 2023

(Valores expressos em reais)

		Saldos Polimetal	Saldos incorporados TBN e TBL	Acervo Líquido
	Notas	31/10/2023	31/10/2023	31/10/2023
Ativo circulante				
Impostos a recuperar	3	3.782.197,59	22.494.360,16	26.276.557,75
Total do ativo circulante		<u>3.782.197,59</u>	<u>22.494.360,16</u>	<u>26.276.557,75</u>
Total do ativo		<u>3.782.197,59</u>	<u>22.494.360,16</u>	<u>26.276.557,75</u>
Passivo circulante				
Partes relacionadas	4	6.386.986,01		6.386.986,01
Total do passivo circulante		<u>6.386.986,01</u>	<u>0,00</u>	<u>6.386.986,01</u>
Partes relacionadas	4	13.770.210,21		13.770.210,21
Tributos diferidos		750.694,27	3.912.664,26	4.663.358,53
Total do passivo não circulante		<u>14.520.904,48</u>	<u>3.912.664,26</u>	<u>18.433.568,74</u>
Total do passivo		<u>20.907.890,49</u>	<u>3.912.664,26</u>	<u>24.820.554,75</u>
Total do acervo líquido formado por determinados ativos e passivos		<u>(17.125.692,90)</u>	<u>18.581.695,90</u>	<u>1.456.003,00</u>

Anexo II – Notas explicativas sobre as práticas contábeis utilizadas para os ativos e passivos objeto desse laudo

1. Contexto operacional

A Polimetal Metalúrgica e Plásticos Ltda, CNPJ: 89.545.511/0001-00, com sede em São Leopoldo/RS, tendo como atividade principal a indústria, o comércio, a importação e a exportação de peças forjadas e usinadas em geral, injeção de metal (MIM - Metal Injection Molding), tratamento térmico de metais, produtos de metal, ferramentas manuais e ferramental de produção.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (Pronunciamento CPC-PME) e NBC TG 1000 (R1).

A Empresa adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que são efetivas para as demonstrações financeiras findas em 31 de outubro de 2023.

Instrumentos financeiros

Classificação

A Empresa classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros pelo valor justo por meio de resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria no caso de aquisição, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Esses ativos financeiros são classificados como ativos circulantes.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, visto que é a moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera e que gera entradas e saídas de caixa.

Tributos e encargos sociais a recolher

Programa de Integração Social — PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social — Cofins

Foram calculados sobre os rendimentos das aplicações financeiras aplicável para as empresas sujeitas ao regime não cumulativo, nas alíquotas de 0,65% para o PIS e 4% para o Cofins conforme determina a legislação fiscal, Decreto nº 8.426/2015.

Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido ativo é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

3. Impostos a recuperar

Referem-se a créditos de PIS e Cofins oriundos de decisão favorável, com trânsito em julgado, em ação judicial em que a Companhia pleiteava a exclusão do valor do ICMS da base de cálculo do PIS e Cofins.

4. Partes relacionadas

31/10/2023

Contas a pagar - Taurus Armas S.A.	6.365.092,52
Contas a pagar - Taurus Investimentos Imobiliários	21.893,49
Mútuos a pagar - Taurus Armas S.A.	13.770.209,72
Total	20.157.195,73
Ativo circulante	6.386.986,01
Ativo não circulante	13.770.209,72

* * *

Anexo F

Cópia do Protocolo e Justificação TMFL

**PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE CISÃO PARCIAL DE TAURUS MÁQUINAS-FERRAMENTA LTDA. E INCORPORAÇÃO DA
PARCELA CINDIDA PELA TAURUS ARMAS S.A.**

celebrado entre

TAURUS MÁQUINAS-FERRAMENTA LTDA.

na qualidade de Cindida,

e

TAURUS ARMAS S.A.

na qualidade de Cindenda

São Leopoldo, RS, 30 de novembro de 2023

PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE CISAÇÃO PARCIAL DE TAURUS MÁQUINAS-FERRAMENTA LTDA. E INCORPORAÇÃO DA PARCELA CINDIDA PELA TAURUS ARMAS S.A.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes:

(A) TAURUS MÁQUINAS-FERRAMENTA LTDA., sociedade empresária limitada com sede social no município de Mandirituba, Estado do Paraná, à Avenida Taurus, n.º 20, Bairro Ciman, CEP 83.800-000, inscrita no CNPJ sob n.º 90.420.811/0001-34, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE n.º 41.2.0769073.5, neste ato representada na forma do seu contrato social, por seus administradores, **Salesio Nuhs**, brasileiro, nascido em 22/05/1960, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, industrial, inscrito no CPF/ME sob n.º 437.953.159-72 e portador da Cédula de Identidade RG n.º 263603891/SSP/SP, e **Sergio Castilho Sgrillo Filho**, brasileiro, nascido em 04/11/1977, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG n.º 8070518793/SSP/RS e inscrito no CPF/ME sob n.º 904.896.160-20 ("**TMFL**" ou "**Cindida**"); e,

(B) TAURUS ARMAS S.A., sociedade anônima de capital aberto com sede social na cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida São Borja, n.º 2181, Prédio A, Distrito Industrial, CEP 93.032-000, inscrita no CNPJ sob n.º 92.781.335/0001-02, com seus atos constitutivos registrado na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul sob NIRE n.º 43.3.0000739.1, neste ato representada por seus diretores, **Salesio Nuhs**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, industrial, inscrito no CPF/ME sob n.º 437.953.159-72, portador da Cédula de Identidade RG n.º 263603891 expedida pela SSP/SP, e **Sergio Castilho Sgrillo Filho**, brasileiro, nascido em 04/11/1977, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG n.º 8070518793/SSP/RS e inscrito no CPF/ME sob n.º 904.896.160-20 ("**TASA**" ou "**Cindenda**").

Cindida e Cindenda, em conjunto, doravante designadas simplesmente "**Partes**" e, individualmente, "**Parte**".

PREÂMBULO

CONSIDERANDO QUE:

- (i)** a TASA é uma companhia aberta categoria "A" com ações negociadas no segmento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**") sob o código de negociação (*ticker*) "**TASA4**".
- (ii)** a TASA desenvolve atividades de indústria, comércio, importação e exportação de armas, peças para armas, munição, produtos destinados à proteção e segurança pessoal, dentre outras atividades, nos termos de seu objeto social.
- (iii)** a TMFL tem no seu objeto social o propósito de desenvolver atividades de indústria, comércio, importação e exportação de produtos destinados à proteção e segurança pessoal, blindagem para veículos, produtos e peças manufaturados em fibras de vidro e carbono, concessão de licença para uso de marcas, participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, dentre outras atividades, muito embora encontre-se neste momento sem atividade produtiva operacional.
- (iv)** a TASA é titular de 100% (cem por cento) das quotas sociais de emissão da TMFL ("**Quotas**").

- (v) subordinado a determinados termos e condições, a TMFL pretende cindir parcela de seu patrimônio e transferi-lo para a TASA e a TASA pretende incorporar a parcela a ser cindida da TMFL.
- (vi) as administrações das Partes acreditam que a cisão parcial da TMFL com a incorporação da parcela cindida pela TASA beneficiará as Partes, otimizando sua estrutura de capital, a realocação de ativos e passivos de modo a gerar maior eficiência aos negócios e a compensação de obrigações financeiras e fiscais.

RESOLVEM firmar, nos termos dos artigos 224, 225, 226, 227 e 229 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), dos artigos 1.116, 1.117, 1.118 e 1.122 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro 2002, conforme alterada ("Código Civil") e das normas constantes da Resolução CVM n.º 78, de 29 de março de 2022 ("RCVM 78/22"), o presente instrumento particular de "Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. e incorporação da Parcela Cindida pela Taurus Armas S.A.", observados os termos, cláusulas e condições adiante consubstanciados ("Protocolo e Justificação").

CLÁUSULA 1. INTERPRETAÇÕES E DEFINIÇÕES

- 1.1. Interpretação. Os títulos e cabeçalhos deste Protocolo e Justificação servem meramente para referência e não devem limitar ou afetar o significado atribuído à Cláusula a que fazem referência.
 - 1.1.1. Os termos "inclusive", "incluindo", "particularmente" e outros termos semelhantes serão interpretados como se estivessem acompanhados do termo "exemplificativamente".
 - 1.1.2. Sempre que exigido pelo contexto, as definições contidas neste Protocolo e Justificação aplicar-se-ão tanto no singular quanto no plural e o gênero masculino incluirá o feminino e vice-versa.
 - 1.1.3. Referências a qualquer documento ou outros instrumentos incluem todas as suas alterações, substituições, consolidações e respectivas complementações, salvo expressamente disposto de forma diferente.
 - 1.1.4. Referências a disposições legais serão interpretadas como referências às disposições respectivamente alteradas, estendidas, consolidadas ou reformuladas na data deste Protocolo e Justificação.
- 1.2. Definições. Os termos iniciados com letras maiúsculas constantes deste Protocolo e Justificação terão os significados a eles atribuídos neste instrumento.

CLÁUSULA 2. OBJETO

- 2.1. Operação. Este Protocolo e Justificação tem por objeto consubstanciar as justificativas, os termos, cláusulas e condições da cisão parcial da TMFL, com a incorporação da parcela cindida pela TASA ("Operação"), de modo que, com a implementação da Operação, a TMFL continuará existente na qualidade de subsidiária integral da TASA e a TASA sucederá a TMFL, a título universal, em relação, exclusivamente, aos bens, direitos, pretensões, faculdades, poderes, imunidades, ações, exceções, deveres, dívidas, obrigações, sujeições, ônus e responsabilidades integrantes da parcela patrimonial cindida, nos termos do artigo 229 da Lei das S.A.

CLÁUSULA 3. MOTIVOS E FINS DA OPERAÇÃO, BENEFÍCIOS, FATORES DE RISCO E CUSTOS

3.1. **Motivos e Fins da Operação.** Tendo em vista que as Partes são sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico e considerando que a TASA é titular direta de 100% (cem por cento) do capital social da Cindida, a Operação trará benefícios às Partes, de ordem econômica, financeira e fiscal, na medida otimizará a estrutura de capital das sociedades, a realocação de ativos e passivos de modo a gerar maior eficiência aos negócios e a compensação de obrigações financeiras e fiscais.

3.2. **Fatores de Risco.** Tendo em vista que a TASA é titular de 100% (cem por cento) do capital social da Cindida, as Partes entendem que a Operação não aumenta a exposição de risco das Partes e não impacta em risco aos acionistas, investidores e terceiros interessados na TASA.

3.3. **Estimativas de Custos.** As Partes estimam que os custos e despesas totais para realização e efetivação da Operação, incluindo os honorários de assessores jurídicos, de avaliadores e de auditores e os custos para realização e publicação dos atos societários não devem ultrapassar o montante estimado de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

3.4. **Opinião dos Administradores.** Os administradores das Partes entendem que a Operação, considerando os motivos e fins descritos na Cláusula 3.1 acima, trará maior racionalização de obrigações e ativos entre as mesmas, refletindo em melhores resultados operacionais e financeiros, justificando, portanto, a Operação.

CLÁUSULA 4. CAPITAL SOCIAL DAS PARTES ANTES DA OPERAÇÃO

4.1. **Composição do Capital Social da TMFL Antes da Operação.** O capital social da TMFL, nesta data, é de R\$ 293.638.974,00 (duzentos e noventa e três milhões seiscentos e trinta e oito mil novecentos e setenta e quatro reais), dividido em 293.638.974 (duzentos e noventa e três milhões, seiscentas e trinta e oito mil, novecentas e setenta e quatro) Quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, conforme abaixo indicado:

Sócio	Quotas	Valor (R\$)	% Total
Taurus Armas S.A.	293.638.974	293.638.974,00	100%
Total:	293.638.974	293.638.974,00	100%

4.2. **Composição do Capital Social da TASA Antes da Operação.** O capital social da TASA, nesta data, é de R\$ 367.935.517,53 (trezentos e sessenta e sete milhões, novecentos e trinta e cinco mil, quinhentos e dezessete reais e cinquenta e três centavos) representado por 126.634.434 (cento e vinte e seis milhões, seiscentas e trinta e quatro mil, quatrocentas e trinta e quatro) ações, sendo 46.445.314 (quarenta e seis milhões, quatrocentas e quarenta e cinco mil, trezentas e quatorze) ações ordinárias e 80.189.120 (oitenta milhões, cento e oitenta e nove mil, cento e vinte) ações preferenciais, todas escriturais, nominativas e sem valor nominal, distribuídas entre os acionistas conforme abaixo indicado:

Acionista	Ações	% Total
	Ações Ordinárias	
BYK Participações S.A.	31.889.353	68,66%
CBC Brasil Com. Dis. Ltda.	673.457	1,45%
Gibraltar Inc. e Par. Ltda.	5.889.266	12,68%

Outros	7.993.238	17,21%
Total:	46.445.314	100%
Ações Preferenciais		
BYK Participações S.A.	4.201.910	5,24%
Gibraltar Inc. e Par. Ltda.	6.824.094	8,51%
Luiz Barsi Filho	6.230.695	7,77%
Outros	62.932.421	78,48%
Total:	80.189.120	100%

CLÁUSULA 5. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DAS PARTES APÓS A OPERAÇÃO

5.1. Composição do Capital Social da TMFL Depois da Cisão Parcial. Após a efetivação da Cisão Parcial TMFL, com a versão do Acervo Cindido à TASA, o capital social da TMFL será reduzido em R\$ 1.000,00 (um mil reais), mediante o cancelamento e extinção de 1.000 (uma mil) Quotas que eram detidas por TASA, correspondente ao patrimônio líquido cindido ("Quotas Extintas"), passando dos atuais R\$ 293.638.974,00 (duzentos e noventa e três milhões seiscentos e trinta e oito mil novecentos e setenta e quatro reais), dividido em 293.638.974 (duzentos e noventa e três milhões seiscentos e trinta e oito mil e novecentos e setenta e quatro) Quotas, para R\$ 293.637.974,00 (duzentos e noventa e três milhões seiscentos e trinta e sete mil novecentos e setenta e quatro reais), representado por 293.637.974 (duzentos e noventa e três milhões seiscentos e trinta e sete mil novecentos e setenta e quatro), Quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, distribuídas entre os sócios conforme abaixo indicado:

Sócio	Quotas	Valor (R\$)	% Total
Taurus Armas S.A.	293.637.974	293.637.974,00	100%
Total:	293.637.974	293.637.974,00	100%

5.2. Composição do Capital Social da TASA Depois da Operação. O capital social da TASA, com a implementação da Operação, permanecerá inalterado, no valor de R\$ 367.935.517,53 (trezentos e sessenta e sete milhões, novecentos e trinta e cinco mil, quinhentos e dezessete reais e cinquenta e três centavos) representado por 126.634.434 (cento e vinte e seis milhões, seiscentas e trinta e quatro mil, quatrocentas e trinta e quatro) ações, sendo 46.445.314 (quarenta e seis milhões, quatrocentas e quarenta e cinco mil, trezentas e quatorze) ações ordinárias e 80.189.120 (oitenta milhões, cento e oitenta e nove mil, cento e vinte) ações preferenciais, todas escriturais, nominativas e sem valor nominal, sem qualquer alteração na sua distribuição entre os acionistas da Companhia em decorrência da Operação.

Acionista	Ações	% Total
Ações Ordinárias		
BYK Participações S.A.	31.889.353	68,66%
CBC Brasil Com. Dis. Ltda.	673.457	1,45%
Gibraltar Inc. e Par. Ltda.	5.889.266	12,68%
Outros	7.993.238	17,21%

Total:	46.445.314	100%
	<i>Ações Preferenciais</i>	
BYK Participações S.A.	4.201.910	5,24%
Gibraltar Inc. e Par. Ltda.	6.824.094	8,51%
Luiz Barsi Filho	6.230.695	7,77%
Outros	62.932.421	78,48%
Total:	80.189.120	100%

5.3. Direitos, Votos e Dividendos dos Acionistas da TASA. Não haverá alteração nos direitos de voto, dividendos ou quaisquer outros direitos políticos ou patrimoniais conferidos aos atuais acionistas da TASA, comparativamente às vantagens políticas e patrimoniais das ações existentes antes da Operação.

CLÁUSULA 6. DIREITO DE RETIRADA E VALOR DE REEMBOLSO

6.1. Direito de Retirada dos Sócios da TMFL. Visto que a TASA é a única sócia da Cindida, a aprovação da Operação dependerá, exclusivamente, do voto afirmativo da mesma. Desse modo, inexistirá sócio dissidente da deliberação de sócios da TMFL.

CLÁUSULA 7. RELAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO E NÚMERO DE QUOTAS E AÇÕES

7.1. Inexistência de relações de substituição. A Cisão Parcial TMFL será realizada sem relação de substituição das Quotas de emissão da TMFL por ações da TASA, tendo em vista que (i) a TASA é a titular da totalidade das Quotas da TMFL; (ii) a Operação não acarretará aumento de capital social na TASA; (iii) a Operação não implicará emissão de novas ações pela TASA; e (iv) não haverá migração de qualquer sócio da TMFL para o capital social da TASA, tendo em vista que esta é a única sócia da TMFL.

7.2. Alteração Número de Quotas da Cindida. A Operação acarretará a extinção de 1.000 (uma mil) Quotas de emissão da TMFL.

7.3. Inexistência de Emissão de Novas Ações pela Cindida. A Operação será realizada sem a emissão de novas ações pela TASA.

7.4. Frações de Ações da Cindida. Como a Operação será realizada sem a emissão de novas ações pela TASA, não haverá frações de ações a serem consolidadas.

7.5. Inexigibilidade da Relação de Substituição para Fins Comparativos. Não é aplicável à Operação as avaliações dos patrimônios líquidos das Partes para fins da relação de substituição comparativa prevista no artigo 264 da Lei das S.A., tendo em vista que: (i) a TASA é a titular da totalidade das quotas de emissão da TMFL, inexistindo sócios não controladores que devem migrar para a TASA; e, (ii) a Operação será realizada sem relação de substituição.

CLÁUSULA 8. ELEMENTOS PATRIMONIAIS ATIVOS E PASSIVOS

8.1. Parcela Cindida – Cisão Parcial TMFL. A parcela do patrimônio da TMFL a ser vertida e transferida por incorporação para a TASA é composta, única e exclusivamente, pelos ativos e passivos selecionados pela administração das Partes, conforme descritos no anexo ao Laudo de Avaliação Parcela Cindida (“Parcela Cindida”).

- 8.1.1. No momento da aprovação da Operação, parte do investimento da TASA na TMFL, correspondente ao valor da Parcela Cindida, com eventuais ajustes decorrentes das variações patrimoniais posteriores relacionados à Parcela Cindida, será cancelado e será substituído pelos ativos e passivos selecionados que formam a Parcela Cindida a ser incorporada pela Cindenda.

CLÁUSULA 9. AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

9.1. Empresa Avaliadora. Consoante artigos 226, 227 e 229 da Lei n.º 6.404/1976, as Partes contrataram a Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda, sociedade estabelecida na cidade de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 105, conj. 121 e 122, Cidade das Monções, CEP: 04571-010, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ) nº 13.045.248/0001-10, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº CRC 2SP-034.766/O-0, representada pelo seu responsável técnico, Sr. Romeu Sabino da Silva, brasileiro, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 7064813277, inscrito no CPF sob o nº 917.661.250-34 e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio Grande do Sul sob o nº 071263/O-0, residente e domiciliado em Porto Alegre, com escritório estabelecido na cidade de Porto Alegre, na Avenida Iguazu, 418/1404 ("Empresa Avaliadora") para elaborar o laudo de avaliação do valor contábil da Parcela Cindida de TMFL ("Laudo de Avaliação Parcela Cindida TMFL").

9.2. Ratificação da Contratação da Empresa Avaliadora. A escolha da Empresa Avaliadora para elaboração de Laudo de Avaliação Parcela Cindida deverá ser ratificada pela reunião de sócios e assembleia geral extraordinária das Partes.

9.3. Critério de Avaliação. A Parcela Cindida foi avaliada por seus valores contábeis.

9.4. Data Base da Avaliação. Adotou-se como data-base para avaliação da Parcela Cindida o dia 31 de outubro de 2023 ("Data-Base").

9.5. Laudo de Avaliação. A Empresa Avaliadora elaborou o Laudo de Avaliação Parcela Cindida TMFL, que integra o presente Protocolo e Justificação como Anexo 9.5(i).

9.6. Valor Atribuído – Parcela Cindida. Conforme o Laudo de Avaliação Parcela Cindida preparado pela Empresa Avaliadora, o valor contábil da Parcela Cindida na Data-Base corresponde a R\$ 1.000,00 (um mil reais).

9.7. Variações Patrimoniais. As variações patrimoniais relativas à Parcela Cindida que ocorrerem entre a Data-Base e a data da efetiva realização da Operação serão absorvidas pela Incorporadora e reconhecidas diretamente na escrituração da Cindenda.

CLÁUSULA 10. CONTINUIDADE DA CINDIDA, CREDITORES E SUCESSÃO DE OBRIGAÇÕES

10.1. Continuidade da Cindida. A Operação não resultará na extinção da TMFL que continuará existentes na qualidade de sociedade subsidiária integral da TASA.

10.2. Relação Perante Credores. Como a Operação confere certos direitos especiais aos credores da Cindida, nos termos do art. 233 da Lei n.º 6.404/1976, a redução do capital social realizada no âmbito da cisão parcial (i) produzirá efeitos imediatos e (ii) o arquivamento da alteração do contrato social da TMFL não dependerá da abertura do prazo para oposição de credores previsto nos artigos 174 da Lei n.º 6.404/1976 e 1.084, § 2º do Código Civil.

10.3. Sucessão em Bens, Direitos e Obrigações da Parcela Cindida. A TASA sucederá a TMFL, a título universal e sem solução de continuidade, exclusivamente em relação aos bens, direitos, deveres,

obrigações e responsabilidades de titularidade da TMFL e integrantes ou relacionados à Parcela Cindida incorporada pela TASA.

10.4. Registro e Averbação da Sucessão da Cindida. Nos termos do artigo 234 da Lei das S.A., a certidão da Cisão Parcial emitida pelo Registro de Empresas será documento hábil para o registro e averbação, nos registros públicos e privados competentes, da sucessão universal pela Cindida em relação aos bens, direitos, deveres, obrigações e responsabilidades integrantes ou relacionados à Parcela Cindida.

10.5. Ausência de Solidariedade entre a Cindenda e a Cindida. A TASA será responsável apenas pelas dívidas, obrigações e passivos que lhes forem expressamente transferidas em razão da Operação previstos neste instrumento, sem solidariedade entre a Cindenda e a Cindida, nos termos do artigo 233, § único, da Lei das S.A.

CLÁUSULA 11. DEFESA DA CONCORRÊNCIA E AUTORIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS

11.1. Autoridades de Defesa da Concorrência. A realização da Operação não está sujeita à apreciação das autoridades de defesa da concorrência, quer no Brasil ou no exterior.

11.2. Autorizações de Autoridades Governamentais. A realização da Operação também não está sujeita à aprovação de qualquer outra autoridade governamental, quer no Brasil, quer no exterior.

CLÁUSULA 12. ATOS SOCIETÁRIOS E REFORMA ESTATUTÁRIA

12.1. Alteração do Contrato Social da TMFL. Deverá ser celebrada alteração do contrato social da TMFL para deliberar e aprovar, dentre outras matérias: (i) este Protocolo e Justificação; (ii) a Cisão Parcial, nos termos e condições do presente Protocolo e Justificação; (iii) a redução do capital social, com a respectiva alteração de seu contrato social; e (iv) autorização para os administradores praticarem todos os atos necessários à efetivação da Cisão Parcial.

12.1.1. O capital social da TMFL será modificado para refletir a redução de capital resultante da Cisão Parcial, passando a Cláusula Quinta do contrato social a vigor com a seguinte redação:

"DO CAPITAL SOCIAL

Cláusula Quinta - O capital social da Sociedade é do valor nominal e integralizado de R\$ 293.637.974,00 (duzentos e noventa e três milhões seiscentos e trinta e sete mil novecentos e setenta e quatro reais), dividido em 293.637.974 (duzentos e noventa e três milhões seiscentos e trinta e sete mil e novecentos e setenta e quatro) quotas sociais, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, assim distribuídas entre os sócios:

Sócio:	Quotas:	Valor:	(%)
Taurus Armas S.A.	293.637.974	293.637.974,00	100,0%
TOTAL	293.637.974	293.637.974,00	100,0%

12.2. Assembleia Geral Extraordinária da TASA. Deverá ser realizada uma assembleia geral extraordinária da TASA para deliberar e aprovar, dentre outras matérias: (i) este Protocolo e Justificação; (ii) a ratificação da nomeação da Empresa Avaliadora para elaboração do Laudo de Avaliação Parcela Cindida TMFL, (iii) a Cisão Parcial, nos termos e condições do presente Protocolo e Justificação; e (iv) a autorização para os administradores praticarem todos os atos necessários à efetivação da Operação.

12.2.1. Como a Operação será realizada sem aumento de capital, não haverá qualquer modificação no estatuto social da TASA.

CLÁUSULA 13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Demonstrações Financeiras. Nos termos do art. 16 da RCVM 78/22, não é aplicável a divulgação das demonstrações financeiras para fins da operação e das demonstrações financeiras proforma, nos termos do capítulo III da RCVM 78/22, uma vez que: (i) a TASA é detentora da totalidade das quotas da TMFL; e (ii) a Operação não implica aumento de capital social nem emissão de novas ações pela TASA, e, portanto, não representa diluição.

13.2. Documentos. Este Protocolo e Justificação e o Laudo de Avaliação Parcela Cindida TMFL, bem como a proposta da administração da TASA contendo as informações exigidas pela Resolução CVM n.º 81, de 29 de março de 2022 ("RCVM 81/22"), conforme alterada, serão colocados à disposição nas páginas eletrônicas da CVM, da B3 e da TASA na rede mundial de computadores.

13.3. Negócios Dependentes. Este Protocolo e Justificação é celebrado no contexto da reorganização societária da TMFL e da TASA, conforme informado no preâmbulo deste instrumento.

13.4. Prática de Atos. Uma vez aprovada a Operação, os administradores da TMFL e da TASA deverão praticar todos os atos, registros e averbações que se fizerem necessários à perfeita regularização, formalização e efetivação da Operação e do estabelecido no presente Protocolo e Justificação.

13.5. Custos e Despesas. Cada Parte deve arcar com suas respectivas despesas, diretas ou indiretas, decorrentes da celebração deste Protocolo e Justificação e da consumação da Operação, incluindo, sem limitação, despesas com publicações, assessores jurídicos e financeiros, registros e averbações necessários.

13.6. Tributos. Cada uma das Partes deverá recolher e pagar pontualmente todos os tributos incidentes em razão da Operação e para os quais seja definida como contribuinte pela legislação tributária. Adicionalmente, as Partes autorizam-se mutuamente a reter e pagar em nome e por conta da outra todos os tributos para os quais a legislação tributária determine o recolhimento na fonte.

13.7. Aprovações. Este Protocolo e Justificação contém as condições exigidas pela Lei das S.A. e pela regulamentação aplicável da CVM para a proposta de Cisão Parcial da Cindida com incorporação da Parcela Cindida pela Cindenda, e deverá ser submetido à apreciação e aprovação da assembleia geral extraordinária da TASA e da reunião de sócios da TMFL.

13.8. Sobrevivência de Cláusulas. Caso alguma cláusula, disposição, termo ou condição deste Protocolo e Justificação venha ser considerada inválida ou inexecutável, as demais cláusulas, disposições, termos e condições não afetados permanecerão válidas e em pleno vigor.

13.9. Renúncia e Não Exercício. O não exercício, ou o atraso no exercício, por qualquer das Partes, dos direitos a elas respectivamente conferidos nos termos deste Protocolo e Justificação, não será interpretado como renúncia em relação a tal direito. Toda e qualquer renúncia aos direitos estabelecidos neste Protocolo e Justificação somente será válida quando entregue por escrito e assinada pela Parte renunciante.

13.10. Cessão. É vedada a cessão de quaisquer dos direitos e obrigações pactuados no presente Protocolo e Justificação sem o prévio e expresso consentimento, por escrito, de cada uma das Partes.

13.11. Título Executivo. O presente Protocolo e Justificação, assinado juntamente com 2 (duas) testemunhas, servirá como título executivo extrajudicial na forma da legislação processual civil, para

todos os efeitos legais, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos deste instrumento estão sujeitas à execução específica, nos termos da legislação processual civil.

13.12. Lei aplicável. Este instrumento de Protocolo e Justificação será regido, interpretado e aplicado de acordo com a legislação vigente da República Federativa do Brasil.

13.13. Foro. Fica eleito o Foro da Comarca de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, para dirimir todas as questões oriundas do presente Protocolo e Justificação, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

13.14. Assinatura Eletrônica. Os signatários reconhecem a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia deste Protocolo e Justificação e de seus termos, nos moldes do artigo 219 do Código Civil, em formato eletrônico e/ou assinado por meio de certificados eletrônicos, ainda que sejam certificados eletrônicos não emitidos pela ICP-Brasil, nos termos do artigo 10, parágrafo segundo, da Medida Provisória nº 2.220-2/ 2001 (a "MP nº 2.220-2"), como, por exemplo, por meio do upload deste Protocolo e Justificação e aposição de suas respectivas assinaturas eletrônicas na plataforma DocuSign (<https://account.docusign.com/>), produzindo efeitos para todas as Partes a partir da data de assinatura nele indicada, ainda que uma ou mais Partes realizem a assinatura em data posterior.

E, POR ESTAREM ASSIM JUSTAS E CONTRATADAS, as Partes assinam o presente Protocolo e Justificação por meio eletrônico, juntamente com 2 (duas) testemunhas abaixo indicadas.

São Leopoldo, RS, 30 de novembro de 2023.

TAURUS MÁQUINAS-FERRAMENTA LTDA.
REPRESENTADA POR SEUS ADMINISTRADORES SALESIO NUHS E
SERGIO CASTILHO SGRILLO FILHO
CINDIDA

TAURUS ARMAS S.A.
REPRESENTADA PELOS DIRETORES SALESIO NUHS E
SERGIO CASTILHO SGRILLO FILHO
CINDENDA

Testemunhas:

1. _____
MARCO OLIVEIRA DA COSTA
CPF: 018.707.640-56
RG: 1096891302

2. _____
NEANDRO BAGATINI LAZARON
CPF: 823.812.320-87
RG: 1063198152

Anexo G

Cópia do Laudo de Avaliação Parcela Cindida TMFL



Taurus Máquina Ferramentas Ltda.

Laudo de avaliação do acervo líquido formado por determinados ativos
apurados por meio dos livros contábeis
nº 23C1E-009-PB

Em 31 de outubro de 2023





Índice

	Página
Laudo de avaliação do acervo líquido formado por determinados ativos e passivos apurados por meio dos livros contábeis	3
Anexo I	5
Anexo II – Notas explicativas sobre as práticas contábeis utilizadas para os ativos e passivos objeto desse laudo	6



Laudo de avaliação do acervo líquido formado por determinados ativos e passivos apurados por meio dos livros contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Iguazu, 418 - Sala 1404
Petrópolis, Porto Alegre (RS) Brasil

T +55 51 3500-8473

Dados da firma avaliadora

A Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda., sociedade estabelecida na cidade de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 105, conj. 121 e 122, Cidade das Monções, CEP: 04571-010, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ) nº 13.045.248/0001-10, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº CRC 2SP-034.766/O-0, representada pelo seu responsável técnico Sr. Romeu Sabino da Silva, brasileiro, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 7064813277, inscrito no CPF sob o nº 917.661.250-34 e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio Grande do Sul sob o nº 1RS-071.263/O-0, residente e domiciliado em Porto Alegre, com escritório estabelecido na cidade de Porto Alegre, na Avenida Iguazu, 418/1404, nomeado pela Taurus Máquina Ferramentas Ltda. ("Companhia") para proceder a avaliação do acervo líquido formado por determinados ativos e passivos por meio dos livros contábeis apurado na data-base de 31 de outubro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, resumido no Anexo I, apresenta a seguir o resultado de seu trabalho.

Objetivo da avaliação

O laudo de avaliação de acervo líquido formado por determinados ativos e passivos em 31 de outubro de 2023, apurado por meio dos livros contábeis, da Taurus Máquina Ferramentas Ltda. tem por objetivo suportar a reestruturação societária na qual o determinados ativos e passivos serão transferidos por cisão para a sua controladora Taurus Armas S.A. ("Taurus"), conforme apresentado no Anexo I.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela escrituração dos livros e elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos relevantes que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de tais demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia está descrito no Anexo II do laudo de avaliação contábil.



Alcance dos trabalhos e responsabilidade do auditor independente

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre o valor contábil do acervo líquido formado por determinados ativos e passivos em 31 de outubro de 2023, com base nos trabalhos conduzidos de acordo com o Comunicado Técnico CTG 2002, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que prevê a aplicação de procedimentos de exame aplicados sobre as contas que registram os determinados ativos e passivos que constam do anexo a esse relatório e que naquela data estavam registrados no balanço patrimonial da Companhia. Assim, efetuamos o exame do referido acervo líquido de acordo com as normas contábeis aplicáveis, que requerem o cumprimento de exigências éticas e que o trabalho seja planejado e executado com o objetivo de obter segurança razoável de que o acervo líquido objeto de nosso laudo de avaliação está livre de distorção relevante.

A emissão de laudo de avaliação envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores contabilizados. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do contador, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante no acervo líquido, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o contador considera os controles internos relevantes em relação ao acervo líquido para planejar os procedimentos que são apropriados nas circunstâncias, mas, não, para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia. O trabalho inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração. Acreditamos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão.

Conclusão

Com base nos trabalhos efetuados, concluímos que o valor de R\$ 1.000,00 (Um mil reais) dos ativos e passivos, conforme constava do balanço patrimonial em 31 de outubro de 2023, registrado nos livros contábeis e resumido no anexo, representa, em todos os aspectos relevantes, o acervo líquido formado por determinados ativos e passivos da companhia Taurus Máquina Ferramentas Ltda., avaliado de acordo com as práticas contábeis brasileiras.

Porto Alegre, 30 de novembro de 2023

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC RS-008.812/F-9



Romeu Sabino da Silva
Contador CRC 1RS-071.263/O-0

Anexo I

Taurus Máquina Ferramentas Ltda.

Acervo líquido apurado por meio de livros contábeis em 31 de outubro de 2023

(Valores expressos em reais)

	Notas	31/10/2023
Ativo circulante		
Impostos a recuperar	3	9.061.579,22
Total do ativo circulante		9.061.579,22
Total do ativo		9.061.579,22
Passivo circulante		
Provisão para garantias	4	1.467.534,18
Provisão para contingências	5	1.354.229,42
Total do passivo circulante		2.821.763,60
Partes relacionadas	6	3.774.680,91
Provisão para contingências	5	2.237.022,84
Outras contas a pagar		227.111,87
Total do passivo não circulante		6.238.815,62
Total do passivo		9.060.579,22
Total do acervo líquido formado por determinados ativos e passivos		1.000,00

Anexo II – Notas explicativas sobre as práticas contábeis utilizadas para os ativos e passivos objeto desse laudo

1. Contexto operacional

A Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda, CNPJ nº 90.420.811/0001-34, foi constituída em 24 de agosto de 2004, tendo como objeto social o desenvolvimento, a indústria, o comércio, a importação e a exportação de máquinas operatrizes e de seus componentes, produtos metalúrgicos em geral, notadamente ferramental de produção, ferramentas de corte, peças forjadas e peças forjadas.

Atualmente encontra-se sediada no município de Mandrituba/PR e diante das condições de mercado a Companhia não mais se mantém operacional.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

Apresentação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (Pronunciamento CPC-PME) e NBC TG 1000 (R1).

A Empresa adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que são efetivas para as demonstrações financeiras findas em 31 de outubro de 2023.

Instrumentos financeiros

Classificação

A Empresa classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros pelo valor justo por meio de resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria no caso de aquisição, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Esses ativos financeiros são classificados como ativos circulantes.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, visto que é a moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera e que gera entradas e saídas de caixa.

Tributos e encargos sociais a recolher

Programa de Integração Social — PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social — Cofins

Foram calculados sobre os rendimentos das aplicações financeiras aplicáveis para as empresas sujeitas ao regime não-cumulativo, nas alíquotas de 0,65% para o PIS e 4% para o Cofins, conforme determina a legislação fiscal, Decreto nº 8.426/2015.

Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido ativo é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. Impostos a recuperar

Referem-se a créditos de PIS e Cofins oriundos de decisão favorável, com trânsito em julgado, em ação judicial em que a Companhia pleiteava a exclusão do valor do ICMS da base de cálculo do PIS e Cofins.

4. Provisão para garantias

A Companhia reconheceu antecipadamente os custos associados à garantia de seus produtos vendidos. Ela representa uma estimativa do valor que a empresa espera gastar para cumprir suas obrigações sob garantia no futuro.

Ao vender um produto ou serviço, muitas empresas oferecem garantias para tranquilizar os clientes quanto à qualidade e durabilidade do que estão adquirindo. Essas garantias podem variar em termos de cobertura e duração, mas, em geral, implicam que a empresa será responsável por corrigir defeitos ou problemas durante um período específico após a compra.

A forma de cálculo da provisão de garantia era feita aplicando 5% sobre o faturamento da Companhia.

5. Provisão para contingências

Com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, no histórico de julgamento e a experiência anterior referente às quantias reivindicadas, a Administração constituiu provisão considerando os prognósticos e informações existentes até a data-base do encerramento das demonstrações financeiras.

6. Partes relacionadas

31/10/2023

Método e Valor Taurus Águas S.A.

9.774 R\$ 91

91



Grant Thornton

Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.

Laudo de avaliação do acervo líquido formado por determinados ativos e passivos apurados por meio dos livros contábeis nº 23C1F-008-PB

Em 31 de outubro de 2023

